

Ao Senhor

MAGNO AUGUSTO MACHADO

Membro Titular da Comissão de Fiscalização OS DITEC N.º 75/2023

Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP

Referência: Contrato nº 30/2023 – Licenciamento Centro Metropolitano de Taguatinga;

Assunto: Subproduto 1.3 – Audiência Pública – Relatório de Realização realizada dia 29/02/2024, referente ao RIAC para o parcelamento de solo do Centro Metropolitano de Taguatinga - CMT

Senhor,

O consórcio **ROSSETO-ECOTECH**, responsável pelo licenciamento ambiental do parcelamento de solo urbano **CENTRO METROPOLITANO DE TAGUATINGA - CMT**, que se localiza nas Regiões Administrativas de Ceilândia - RA IX e Taguatinga – RA III, promoveu no dia 29 de fevereiro de 2024 as 19h30m a apresentação da Audiência Pública Presencial (com transmissão ao vivo pela *internet*) do referido empreendimento. Para realização desta audiência foram cumpridos todos os pré-requisitos constantes no Ofício nº 4016/2023 – IBRAM/PRESI e na Instrução Normativa do IBRAM nº 027/2020, conforme demonstraremos a seguir em breve relatório:

1. Divulgações do Aviso de Audiência Pública Presencial (com transmissão ao vivo pela *internet*), feitas nas redes sociais da ECOTECH AMBIENTAL (Facebook e Instagram), da TERRACAP (site, Facebook e Instagram), faixas e folder (Anexo I).
2. *Link* para *download*, contendo a apresentação visual realizada na audiência pública (slides): https://drive.google.com/file/d/1Wf0b1x9F9yXaIwDqtRyy8Fb_oLkAoid8/view?usp=sharing
3. Arquivo, em pdf, contendo a ata completa, com o texto da degravação (Anexo II);
4. Relatório Fotográfico de Realização da Audiência Pública (Anexo III);
5. *Link* para *download* da gravação da Audiência Pública em áudio (MP3): <https://drive.google.com/file/d/10zqoCbqKvVpx8ay-y-R6XcmRGieFVzbz/view?usp=sharing>

Ao ensejo, colocamo-nos a disposição para possíveis esclarecimentos.

Atenciosamente.

ECOTECH
TECNOLOGIA
AMBIENTAL E
CONSULTORIA
LTDA:05834374000126

Assinado digitalmente por ECOTECH
TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA
LTDA:05834374000126
ND: C=BR, S=SP, L=Sao Paulo, O=ICP-Brasil, OU
=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CNPJ A1, OU=AC SERASA RFB, OU=
6217362000190, OU=VIDEOCONFERENCIA,
CN=ECOTECH TECNOLOGIA AMBIENTAL E
CONSULTORIA LTDA:05834374000126
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.03.11 16:04:24-03'00'
Font: PDF Reader Versão: 12.1.3

26

DANIEL CHEVALLIER FREIRE
DIRETOR ADMINISTRATIVO



ANEXO I – DIVULGAÇÃO – INTERNET



Foto 1. Divulgação Facebook ECOTECH AMBIENTAL



Foto 2. Divulgação Instagram ECOTECH AMBIENTAL



Foto 3. Divulgação Instagram TERRACAP



Foto 4. Divulgação Facebook TERRACAP

DIVULGAÇÃO FAIXAS

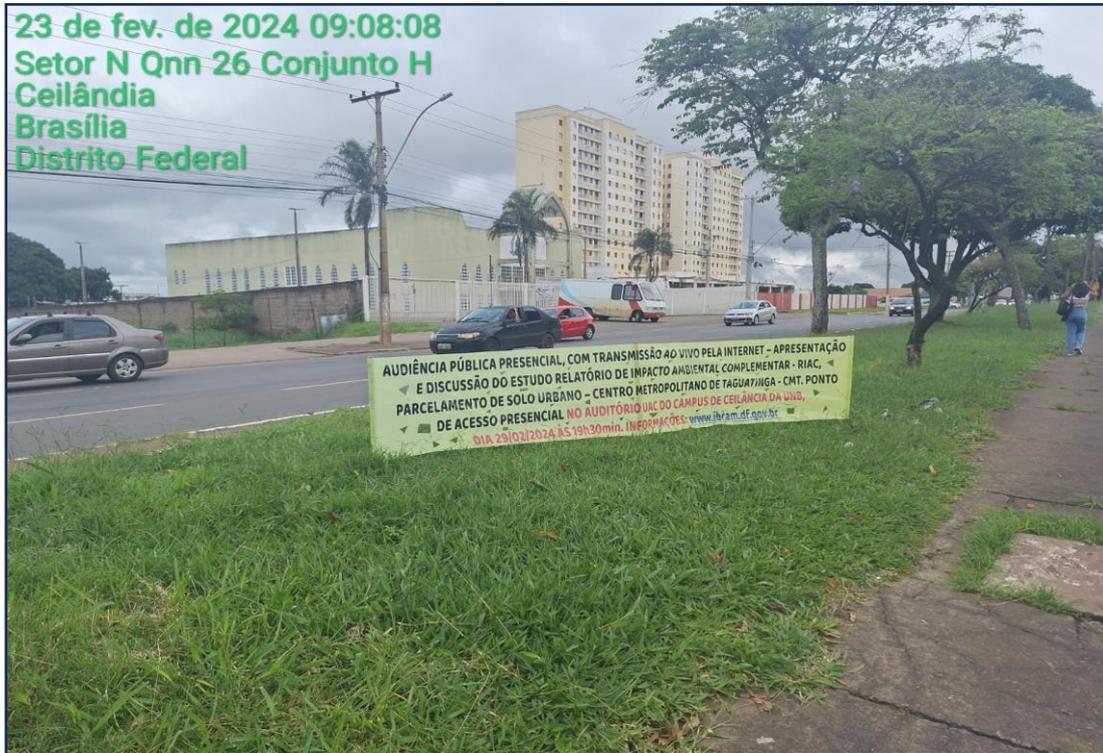


Foto 1. Divulgação Faixa 01

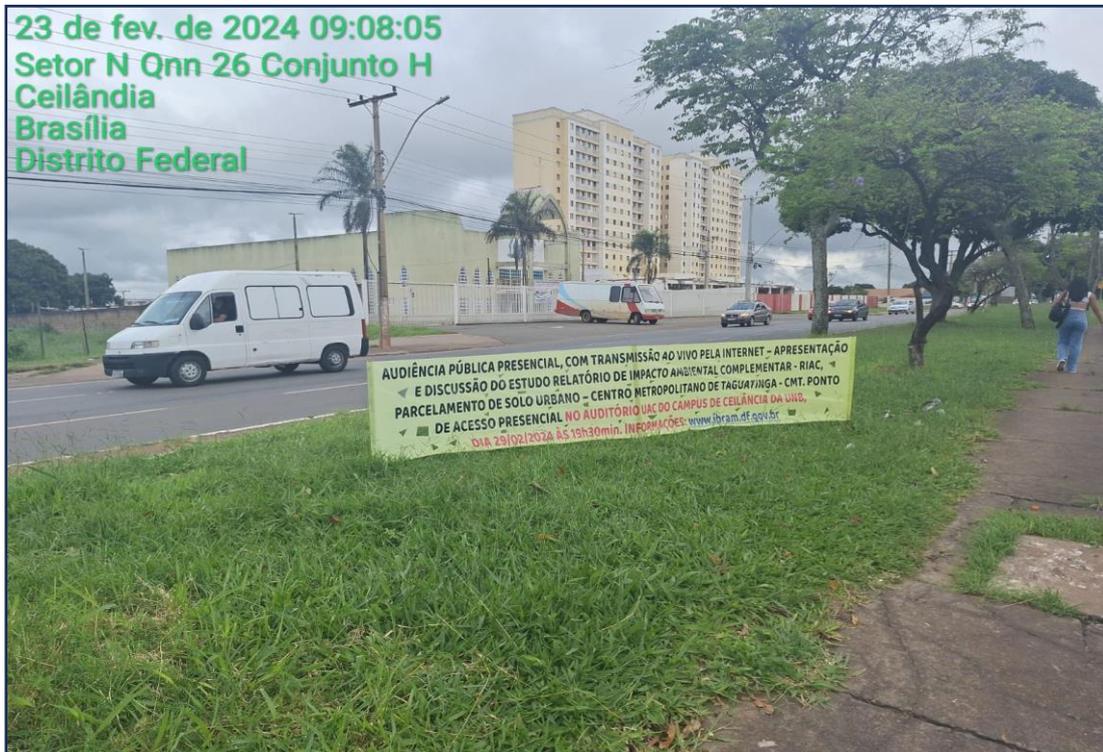


Foto 2. Divulgação Faixa 01



Foto 3. Divulgação Faixa 02



Foto 4. Divulgação Faixa 02

CMT

Centro
Metropolitano
de Taguatinga



Terracap
Agência de Desenvolvimento de Brasília e Região



Secretaria do
Meio Ambiente



CMT

Centro
Metropolitano
de Taguatinga

**Negócios e lazer
com sustentabilidade
econômica.**

Empresas verdes

O CMT vai concentrar empresas ecológicas, ou seja, que adotam uma postura sustentável em todos os seus processos e seguem uma série de ações baseadas em uma cultura verde responsável.

Pensando nisso, essas empresas deverão ter o Selo Amigo do Meio Ambiente, o ESG (*Environmental, Social and Governance*), que corresponde às práticas de responsabilidade ambiental e de governança de uma organização.



A formalização dessas unidades traz a possibilidade de desenvolvimento de projetos de educação ambiental e formação ambiental.

Bem-vindos ao mais moderno centro econômico de Taguatinga, um projeto ecologicamente sustentável.

O novo empreendimento da Terracap está localizado na Avenida Elmo Serejo, uma das mais movimentadas da cidade, e vai revolucionar o comércio, a economia e o bem-estar dos moradores da região.

O Projeto

- 130 lotes
- Espaços públicos
- Avenidas arborizadas
- Ciclovias
- Calçadas amplas
- Conecta Taguatinga, Ceilândia e Samambaia
- Próximo a 2 estações de metrô
- Ótimas vias de acesso

A ARIE JK será 100% preservada, ou seja, o projeto não irá se sobrepor ao perímetro do Parque JK, que é uma Área de Relevante Interesse Ecológico. Inclusive, ele prevê a criação de dois parques urbanos que se conectam com a ARIE JK.

Além disso, o empreendimento vai arcar com custos de compensação ambiental pelos impactos que pode causar, conforme pede a Lei nº 9.985/2000. Além dos espaços protegidos, serão garantidos investimentos na melhoria dos mananciais da região, como o Rio Melchior.

Participe da audiência pública

29/2 às 19h30

Auditório UAC do Campus de Ceilândia da UnB.

Transmissão ao vivo pelo Canal do YouTube
do Ibram @[BrasiliaAmbiental](#)

ANEXO II - DEGRAVAÇÃO

Degravação Audiência Pública Denominada RIAC CENTRTO METROPOLITANO DE TAGUATINGA

Legenda:

(mm:ss): tempo da fala.

(...): trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): palavra ou trecho sem compreensão.

Expressão(?) dúvida no entendimento escrito

Senhora Natália Almeida (00:05)

Vamos dar início, então, a nossa audiência pública. Bom, é primeiramente agradecer a todas e a todos pela presença. O Instituto Brasília Ambiental saúda a todos que vieram nessa noite participar da nossa audiência. Agradecemos o esforço de cada um estar aqui nessa noite. E vamos dar início, então, os trabalhos dessa audiência. Quero chamar aqui, então, enquanto representante do Instituto Brasília Ambiental, representando o presidente Roney, secretário executivo Walterson Silva, para compor aqui a mesa conosco. Superintendente de unidades de conservação, Marcela Versiani, para compor aqui a mesa também com a gente. Superintendente de fiscalização, Simone Moura, para compor a mesa conosco. Representante da TERRACAP, a empreendedora deste projeto requerente deste projeto CENTRO METROPOLITANO, Magno Magno, Josias, Josias. Aqui ao lado Josias, por favor. Representante da Empresa de Terras Rurais, Túlio Moraes. Vou passar então aqui a palavra brevemente ao secretário executivo Walterson para uma fala inicial de boas-vindas.

Senhor Walterson Silva (02:07)

Boa noite a todos. Parabenizar aqui a comunidade Ceilândia e Taguatinga reunida aqui para discutir os assuntos relevantes em relação ao meio ambiente, aqui na região. Samambaia, bem lembrado. Agradecer a presença em nome do presidente Roney, também os servidores públicos envolvidos aqui. Pode ter certeza que vai ser um trabalho de muito debate. Esperamos que seja sempre no tom respeitoso, como tem que ser, as coisas públicas. Ninguém está aqui empurrar nada goela abaixo de ninguém. O assunto é sério e envolve, não envolve somente interesses meramente comerciais, mas aqui estamos para discutir o que é importante para o nosso Distrito Federal. Afinal de contas, o que acontece nessa região reflete em todo o DF e como todo mundo sabe em todo o restante do país. Então, agradecer mais uma vez a presença de todos, a comunidade civil organizada que se mobilizou e está aqui para discutir os temas relevantes para nossa cidade. Muito obrigado.

Senhora Natália Almeida (03:21)

Vou passar, então a palavra agora, a Superintendente de Unidades de Conservação, a Marcela, pra uma fala inicial.

Senhora Marcela Versiani (03:31)

Olá, boa noite a todos. É meu nome é Marcela Versiani. Eu sou Superintendente de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água do Ibram. Sou agente dá Unidade de Conservação, formada em Agronomia, estou na casa já 14 anos. A gente está aqui representando também o Instituto Brasília Ambiental, é, apesar de ser um empreendimento que não tem sobreposição com nenhuma unidade de conservação gerida pelo IBRAM, e o nenhum tipo de unidades de conservação, mesmo assim, os processos todos passam pelo nosso setor. Então, a gente faz a análise de todo o empreendimento, de todas as Infraestruturas que estão dispostas no projeto, então a gente está sempre acompanhando de perto todos os empreendimentos que passam pelo licenciamento do IBRAM. Boa noite.

Senhora Natália Almeida (04:31)

Por questão de ordem, eu vou ter que pular aqui para chamar a Isabelle, que é representante da ECOTECH, que vai fazer apresentação. Eu esqueci de chamá-la na hora aqui, obrigada Isabelle. Isabelle, vai ficar ali

daquele lado para fazer a apresentação logo mais. E eu vou passar então a palavra agora para Simone, a superintendente de fiscalização.

Senhora Simone Moura (04:51)

Boa noite a todos. Eu sou Simone, sou Superintendente de Fiscalização do Brasília Ambiental. É nesse momento estamos todos nós aqui representando o órgão ambiental e esse projeto do CENTRO METROPOLITANO, que, como bem disse a Marcela, ele não está em sobreposição a ARIE JK é uma construção de alguns pontos administrativos como eles vão apresentar. Ele já está sendo analisado e foi analisado em vários pontos. Passou por todas as superintendências. Ele já passou pelo conhecimento de todos nós lá dentro do Ibram. Eu acredito que é uma oportunidade até mesmo de facilitar algumas coisas quanto a fiscalização, a questão da compensação ambiental e também da próprio Melchior fiquei muito feliz quando vi que eles colocaram também a questão da drenagem do Melchior, nesse projeto que eu vou prestar bastante atenção na exposição que a empresa vai fazer a respeito disso, que é um ponto muito importante da comunidade aqui de Taguatinga, de Ceilândia, Samambaia. Melchior, ele é um ponto sensível. Então, a gente vai aguardar que a apresentação para vocês também poderem acompanhar isso com bastante atenção. E eu espero que essas ações previstas possam melhorar e contribuir para a qualidade de vida da gente aqui na cidade.

Senhora Natália Almeida (06:57)

Vou passar a palavra então agora para o Josias, representante da TERRACAP para uma fala inicial.

Senhor Josias (07:04)

Boa noite a todos. Eu sou Josias representante da diretoria técnica da TERRACAP e participo também da gestão desse contrato, desse projeto junto com a ECOTECH. E como cidadão taguatinguense, eu cheguei em Taguatinga em 1973. É um orgulho para eu estar aqui nessa mesa e também como ex-aluno da UnB. Está vendo a UnB. Antes que a gente só tinha UnB na Asa Norte, agora a UnB pujante aqui nessa localidade, nesse Centro Metropolitano e a primeira vez que ouvi CENTRO METROPOLITANO foi em 1992, eu tive a oportunidade de me formar pela UnB, participar do projeto metrô. Tem aqui o Carlos Jardim(?) também, que participou do projeto de drenagem. A gente, ouvia sempre o CENTRO METROPOLITANO vai ser uma área pujante, desenvolvimento da região não e justamente por isso foram criadas aqui 3 estações no entorno, um transporte coletivo de massa e tem todo o potencial e hoje a gente vê esse projeto aqui exposto e aberto a críticas perante a comunidade aqui de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia também. Claro. Hoje, nós temos quase 750.000 pessoas nesse eixo Ceilândia/Samambaia/Recanto das Emas e uma parte aqui de Taguatinga. Esses empreendimentos e o próprio crescimento vegetativo a gente vê 1.000.000 de pessoas aqui nesse eixo Perimetral. E em 73, quando eu cheguei aqui, Taguatinga era muito menos Cidade Satélite do que é hoje. Taguatinga tinha (?) a condição de Cidade Satélite. E esse projeto ele tem justamente é para trazer vida, para trazer oportunidade de emprego, de convidar todo mundo a participar de forma ordenada, de forma democrática. (?) noite.

Senhora Natália Almeida (08:15)

Dando sequência....

Voz de Homem (08:16) *Senhor Túlio Moraes(?)*

Para trabalhar especificamente na regularização fundiária das terras situadas na macrozona rural. Então, hoje a nossa fala que ela vem no sentido de assegurar a zona rural, ela vem no sentido de fortalecer o produtor rural e a manutenção do produtor rural no campo com segurança jurídica, gerando emprego e renda e desenvolvimento para essas áreas. Então, hoje a nossa fala aqui é uma fala muito breve. Hoje a gente foi convidado aqui para acompanhar a discussão do estudo ambiental que vai subsidiar, está subsidiando a análise ambiental aí da implantação do CENTRO METROPOLITANO. E desde que a gente foi é constituído o nosso grande, a nossa grande preocupação era com relação ao impacto do CMT nos imóveis rurais. Essa desde a TERRACAP, de uma forma muito responsável, vem conduzindo esse processo quando nos passou então, para que a gente fizesse essa análise, desse impacto. E é importante dizer também que, logo com a que a ETR foi constituída, nós escolhemos algumas áreas como piloto de atuação e toda essa área aqui, que a gente chama de Núcleo Rural Taguatinga e que está margeando aqui a ARIE JK, essa área ela foi escolhida para entrar dentro de um piloto da análise do uso do solo. Então, Taguatinga, Ceilândia,

Samambaia até lá, o Refúgio de Vida Silvestre (?) e toda essa parte da ARIE JK que vai até Taguatinga ela já entrou no escopo de atuação da empresa na identificação dos imóveis rurais, quem é que cumpre a função social da propriedade, quem estabelecendo um módulo mínimo, quem realmente tem produção rural e ambiental efetiva. Porque o nosso trabalho é um trabalho que a gente precisa correr contra o tempo. A gente está vendo um adensamento urbano chegar, a gente está vendo o parcelamento, a ocupação desordenada chegar, a gente está vendo a cada dia que passa e com essa inércia do poder, a gente está vendo realmente as nossas unidades de conservação, as nossas áreas de proteção, de manancial. Então, a cada dia que passa, sem a regularização e sem essa segurança jurídica para o produtor, a gente está fomentando, na verdade, a ocupação desordenada do território. Então, daí a responsabilidade desse trabalho, eu queria pedir licença a Natália, a equipe do IBRAM e o pessoal da ECOTECH aqui só pra mostrar um mapa, eu sei que hoje a discussão é do relatório de impacto do CMT, mas a gente elaborou esse mapa aqui justamente para identificar qual é a interferência da poligonal do CMT, dentro dos processos de regularização que estão em tramitação. Então, a primeira constatação que a gente faz e realmente só confirma algo que já vem sendo dito e colocar dentro dos processos, é que o CMT ele é um empreendimento exclusivamente urbano. Isso significa dizer que ele não avança na macrozona rural. Então, isso também nos dá uma tranquilidade para a gente dar continuidade a esses processos que já estão em análise no âmbito da Empresa de Regularização de Terras Rurais. Então, do que a gente conseguiu identificar aqui a poligonal do CMT elas se sobrepõem parcialmente a 6 processos de regularização, dos quais apenas 2 processos a sobreposição é maior do que 10%. Então, a gente tem sobreposições mínimas na maior parte dos casos, e aí realmente, em 2 casos, a gente tem uma sobreposição um pouco mais impactante. É esses produtores, eles já compareceram a ETR a gente já explicou qual é a saída, enfim, como é que fica essa questão de quem tem contrato e de quem tem processo de regularização. Mas esse trabalho é importante para garantir que a implantação do CMT ele vem ao encontro também da regularização fundiária, de todas essas ocupações que estão no Núcleo Rural Taguatinga, que situados aqui na poção de Samambaia. Então, é importante dizer também que a caracterização fundiária do CMT, ela está dentro da mesma fazenda, dentro do remanescente da fazenda Taguatinga, isso significa dizer que no momento do parcelamento e no momento da individualização dessas matrículas dessas chácaras é importante que a chacara, que a matrícula e o desmembramento que vai ser feito para a implantação desse empreendimento esteja resolvida, para que a gente também tenha condição de individualizar as matrículas de cada uma dessas chácaras do Núcleo Rural Taguatinga. Que eu estou querendo dizer para vocês é que a gente começa um trabalho técnico analisando o uso do solo nessas áreas, como eu disse para vocês, a fim de identificar quem é que está cumprindo a função social da propriedade, uso ambiental, rural efetivo, quem é que está obedecendo o módulo mínimo de 2 ha para ato contínuo, esse mesmo levantamento servir como um pré-projeto de parcelamento e a gente consiga escriturar e abrir essas matrículas no cartório de registro de imóvel, realmente concretizando essa regularização fundiária. Eu quero dizer para vocês que nós já fizemos algumas reuniões com o presidente do IBRAM, o Roney, em que a gente sabe da sensibilidade que essas áreas aqui apresentam por estarem dentro da ARIE JK, mas o papel da ETR, a nossa missão institucional e a nossa posição institucional é de que o produtor rural é um grande protetor da ARIE JK desse cinturão verde e a regularização fundiária nada mais é do que fazer justiça daqueles que vieram a convite, Juscelino, e de outros governadores, produzido na capital. Então, a gente está aqui para realmente manter o cinturão verde, manter o homem do campo com segurança jurídica e assegurar que a gente em um breve futuro aí a gente tem a escrituração dessas áreas e a efetiva regularização fundiária. Esse é o nosso compromisso por isso que a gente está aqui hoje para acompanhar esse debate, a intervenção, a sobreposição do CMT, mas eu queria já de imediato já dizer que a gente tomou esse cuidado de trazer esse estudo aqui e de dizer que uma coisa não conflita com a outra. A gente está aqui para realmente assegurar que a regularização vai ocorrer, né dentro, em que pese aí ou o concomitantemente a implantação do empreendimento, se assim for aprovado pelo órgão ambiental. é isso, muito obrigado.

Senhora Natália Almeida (15:03)

Obrigada a todos os participantes que compõem a mesa. Queria aproveitar esse momento para registrar a presença do subsecretário da SEMA, Renato Santana, por favor, por favor, secretário, vem aqui compor....(?) de todos os presentes, demais servidores públicos, autoridades que venham aí nos prestigiar na noite de hoje. Registrar a presença também do chefe de gabinete da administração de Samambaia (?), Ah, o Administrador. Obrigada pela presença. Engrandece muito aqui a nossa a nossa audiência. Bom, vou me apresentar. Então sou, Natália Almeida, Superintendente de Licenciamento Ambiental. O licenciamento ambiental não é o instrumento que faz com que as atividades que têm impacto ambiental, seja ela qual for toda, toda ela, todas atividades, elas obedecem a um rito, né, que é presente lá na legislação nossa Federal de avaliação prévia. Se essa atividade é possível de acontecer no território e sendo possível como ela tem

que acontecer. Todos os parcelamentos de solo do Distrito Federal, Brasil afora, tem que ser licenciados. Então, esse projeto do CENTRO METROPOLITANO DE TAGUATINGA é um parcelamento do solo. E Por sua vez, tendo essa característica de abertura de vias, colocar infraestrutura etc, ele tem que ser licenciado pelo órgão ambiental. Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e todas aqui nessa noite. Gostaria de informar a questão de ordem que aqueles que quiserem fazer uso da palavra, que procurem o pessoal da organização para fazer a sua inscrição. Desde cedo que estão chegando aqui já estão sendo feitos esses registros na noite de hoje para que no momento de inscrição de fala todos possam sentir contemplados e possam dar suas contribuições, fazerem suas perguntas, então, peço que então procure organização para facilitar os trabalhos, está bom. Nossa audiência pública, ela é basicamente uma audiência sobre impactos ambientais e medidas de controle desses impactos e medidas compensatórias desses impactos. Então, eu vou fazer aqui a leitura rápida e breve do nosso roteiro da noite para que vocês acompanhem e saibam como se dá esse trabalho de audiência pública. Não sei se todos aqui já participaram, mas a gente vai ter um momento de leitura inicial do nosso regramento, depois apresentação feita dos estudos ambientais da região, depois um pequeno intervalo e por fim teremos um momento de perguntas, contribuições que serão todos registrados e serão inseridos no processo de licenciamento ambiental. O processo ele ocorre em 3 etapas, nós estamos nesse momento na primeira etapa que é a licença prévia. Então, essa licença ainda não foi de fato promulgada. Nós estamos ainda em fase de estudos e a licença que vai avaliar se existe viabilidade ambiental para esse projeto. Ainda não temos tantos detalhamentos de projetos de engenharia, que ainda não é nessa etapa, mas é uma etapa muito importante para a gente estudar a região, estudar, fazer um bom diagnóstico, conhecer muito bem a região, solo, água, fauna, flora, enfim, toda a parte ambiental que é preciso ser estudada e aí, essa etapa que nós estamos aqui na noite de hoje. Vamos lá! É só pra questão de registro em ata. Hoje, dia 29 de fevereiro 2024, com início às 19h40min. Tivemos aí um pequeno atraso, encerramento previsto às 22h40min, no campus Ceilândia da Universidade de Brasília, no auditório. Nós damos início, então, a apresentação dos trabalhos. Nosso embasamento legal está na resolução CONAMA número 9 de 87, na Lei Distrital 5.081 de 2013, na Lei Orgânica do Distrito Federal, em especial o artigo 289. Também a Instrução Normativa do IBRAM, número 27 de 2020, resolução CONAMA no número 494 de 2020, e aí eu vou passar então para os dados do processo de licenciamento. O processo de licenciamento ambiental corre sob o número 0039100002035/2020-42. O empreendimento CENTRO METROPOLITANO DE TAGUATINGA, situado nas Regiões Administrativas de Ceilândia, RA 9, e Taguatinga, RA 3, às margens da via de ligação Centro Norte Rodovia DF 085. Estamos falando do tipo de licença, a licença prévia. A atividade de parcelamento do solo urbano. Interessada a Companhia Imobiliária de Brasília, a TERRACAP, e a empresa responsável pela elaboração do estudo ambiental é ECOTECH Tecnologia Ambiental e Consultoria. O aviso de publicação dessa audiência foi realizado nos termos das normas vigentes, ou seja, seguiu todo o rito de publicidade, seja em jornal de grande circulação, como no próprio Diário Oficial do Distrito Federal. O objetivo dessa audiência, que é aberta a qualquer interessado, é apresentar e discutir o relatório de impacto ambiental complementar, RIAC, referente ao licenciamento do empreendimento CENTRO METROPOLITANO DE TAGUATINGA, CMT, bem como colher sugestões e contribuições para o aprimoramento deste processo, com base na Resolução CONAMA 9 de 87 e Lei Distrital 5.081 de 2013. Só para lembrar que o processo ele é, trifásico. O licenciamento, a licença prévia, que autoriza a viabilidade, a licença de instalação que autoriza obras e a licença de operação, a última que autoriza o empreendimento de fato a funcionar. Esse o parcelamento, ele é sempre trifásico é, nós estamos na primeira etapa ainda. E essa audiência ela não é ainda um fórum de decisão. Então, nós temos ainda outras etapas, de acordo com a legislação, que são necessárias para aprovação desse projeto e dos outros, enfim, todos. Então, é um momento para a gente ouvir a comunidade, colher sugestões para aprimorar, para não é enaltecer e ganhar qualidade e ter melhor um resultado melhor para a comunidade. Essa audiência está sendo transmitida pelo canal do Brasília ambiental no YouTube, mas as contribuições serão feitas unicamente aqui no presencial. Outras audiências que nós tivemos a transmissão pelo YouTube, elas a gente, recebia as contribuições. Então nós vamos dar preferência nesse momento, a participação presencial. Havendo tempo para a gente receber e responder perguntas feitas pelos pelo WhatsApp e por e-mail, nós assim faremos. Então, só pra questão de ordenar os trabalhos de participação a inscrição de fala, como já falei, está sendo feita de acordo com uma lista que está ali na frente com o pessoal da organização. Cada um dos participantes terá até 3 minutos para fazer uso da palavra e eventualmente, se participar de alguma, for representante de alguma entidade, associação, pode fazer uso até 5 minutos. Para aqueles que estão é enviando suas contribuições por escrito. Temos um número de WhatsApp que é o (61) 99248 9698, ou por e-mail, também licenciamento.ibram@gmail.com. No site do Brasília Ambiental constam todos os documentos que foram, que serão apresentados nesta noite, inclusive o roteiro desta audiência, bem como o regulamento dela. Pedimos àqueles que, enfim, caminharem as suas contribuições por escrito, que o façam e fazendo sua identificação se representa alguma entidade e que escrevam sua contribuição de forma bem clara e bem objetiva. Nós daremos, como já falei, é preferência para as contribuições feitas aqui nesse auditório. E sempre serão feitas em ordem de registro de presença, como, como eu já falei anteriormente.

Da mesma forma será feito com as mensagens recebidas aí pelo WhatsApp ou pelo e-mail. Caso não haja tempo hábil para a manifestação de todos os inscritos qualquer interessado poderá no prazo máximo de até 10 dias contados da data de hoje, encaminhar suas contribuições, questionamentos ou solicitar anexação de documentos pelo seguinte e-mail, peço que aqui se atentem para o endereço do e-mail sulam@ibram.df.gov.br ou licenciamento.ibram@gmail.com, onde serão posteriormente respondidas e incluídas na ata completa. Essa ata completa será publicada em até 30 dias da data de hoje. A partir da data de hoje. E o vídeo com a audiência fica disponível no canal do Brasil Ambiental no YouTube. Onde pode ser assistido, enfim, a qualquer momento vai ficar registrado lá, assim como as demais audiências. E mais informações detalhadas estão disponíveis no site do Brasília Ambiental, ibram.bf.gov.br. Essa audiência, ela tem a duração de 3 horas, já incluído o tempo de prorrogação, sendo possível seu encerramento antecipado caso não haja manifestação mais de interessados. Ela é dividida em 4 blocos. Que essa abertura que estamos fazendo neste momento, com a leitura do regramento. E esses esclarecimentos iniciais, a exposição técnica que vai ser feita pela empresa ECOTECH, através da representante Isabelle, que está ali ao lado. Faremos um intervalo breve de até 15 minutos, a depender do andamento dos trabalhos. Depois desse intervalo, faremos a apresentação, a fala de cada um aqui em ordem e, por fim, o encerramento. Antes de passar a palavra para Isabelle iniciar, queria passar a palavra aqui para o deputado Max, secretário Renato Santana, também para fazer suas falas.

Deputado Max Maciel (26:58)

Boa noite, gente, tudo bem? Saudar todas e todos e todos aqui. Natália, o Alisson, Renato, Renato de muito tempo estava aqui contando uma história. Primeiro, saudar essa audiência pública dizer que, se eu não me engano, é a terceira tentativa, porque tiveram 2, não foi possível acontecer. Dizer que nós estamos aqui, não só enquanto representação parlamentar, neste momento, mas, como filho dessa cidade, que historicamente se debruçou dentro desses 26 anos sobre a ARIE JK e saudar todos os movimentos sociais combativos aqui, que se organizaram e realizaram o seminário, que coletaram contribuições importantes. É importante dizer que o nosso compromisso aqui enquanto parlamentar e a equipe que está aqui é que de fato a gente pensa a cidade para o futuro e não especificamente, uma obra específica. O CMT não pode vir com o argumento de que é apenas por um processo econômico. Isso não interessa a nossa cidade. Nós já somos o maior mercado consumidor do centro-oeste, 10% do PIB. Mas nós não temos um parque urbano, não temos um parque ambiental. Nós precisamos discutir cidade. E é nisso que nós estamos colocando os discutir a cidade pra essas pessoas, essas pessoas Natália, que historicamente está sofrida e nós sabemos que tudo aquilo que está fora do desenho original, que é o Plano Piloto, foi escolhido para ser detonado, escolher o Rio Melchior para matar, escolher o Ribeirão Sobradinho para matar, escolher as nossas áreas de proteções, os restos de terras que sobrou em Ceilândia, está indo para a verticalização. Isso é uma realidade, mas também é uma realidade, eu queria para não me alongar, nós já protocolamos isso e sentamos com Roney, sentamos com Zé Humberto, da Secretaria de Governo, sempre e vamos sentar com a SEMA ainda, porque tem umas coisas importantes mesmo nessa fala inicial, se me permitir, Natália, que nós estamos querendo colaborar, é o compromisso com essa cidade que é histórica, importantíssima, sem levar e nem tirar em consideração, Taguatinga. Um dos pontos importantes é levar em consideração que são aproximadamente 67.000 pessoas e esse projeto não passou pela Secretaria de Mobilidade para pensar como essas pessoas vão transitar de lá para cá, tendo em vista o complexo, tudo que tem aqui é de vias. Outro ponto importante é, não há clareza ou considerações acerca do programa de resgate arqueológico do Sítio Arqueológico Monte de Oração, indicado pelo próprio IPHAN, que antes do início das obras de engenharia projetadas para essa área já deveriam ser mapeadas e preservadas. Nossa indicação é que independente se vai construir ou não, coisa que nós achamos que não precisa é que o compromisso do governo do Distrito Federal é que cerque o nosso parque ecológico, ARIE JK, faça o plano de manejo e independente das compensações ambientais que estão construindo aqui, próximo de Samambaia como tem um Parque Três Meninas se estão, se estão construindo ali na área da 070, a gente passa um esforço sincero e necessário de que o IBRAM e grande parte das compensações ambientais seja de fato priorizar para nossa ARIE JK que a gente faça um plano de manejo que a gente mitigue o desgaste do Rio Melchior para que a gente reduza ele no estágio de nível 4 e chegue ao tão sonhado nível 2 que é possível isso acontecer. Exatamente. Outro ponto importante é as é esse debate que a gente discutiu do Corredor Ecológico Ceilândia e Taguatinga. Saburo Onoyama está riscado logo, logo, ser loteado mesmo que diga que não, mas sabemos que há uma pressão imobiliária tremenda por ali. O próprio ARIE JK pegando e o final que liga nós aqui com Samambaia a projeção de uma nova pista que ligue a gente por aqui por trás, com o chamado anel viário. Isso tudo nos chama atenção da necessidade. Nós sabemos que Brasília vai crescer, nós vamos crescer com responsabilidade, com qualidade de vida, mas sobretudo com respeito a cada um, cada um dos moradores. Então, fica nessa nossa colaboração. Nós vamos ficar atento. E que qualquer coisa que seja feita ou não feita, tenho um debate na mesa. A prioridade da gente preservar, cercar,

dizer quantos milhões de reais nós vamos colocar na ARIE JK, para impedir que a gente não emende Ceilândia, Taguatinga, com Samambaia, isso não vai resolver nenhum dos nossos problemas, pelo contrário, para trazer muito mais é ônus e para encerrar de fato, nós perdemos todas as áreas culturais da cidade 67.000 pessoas nesse corredor não dá mais para o único lugar que sobrou fazer um evento era do lado do estádio Serejão, 67000 pessoas, a gente não realiza mais nada, Renata. Onde é que uma cidade com 600.000 habitantes realiza São João do Cerrado, realiza os festivais de Rap, realiza encontros culturais. A gente não vai poder se viver na rua. Então ter direito à cidade, só ter direito à moradia, ter direito à cidade, a ter direito à qualidade de vida. A ter árvores para gente circular parque para gente transitar, então fica aqui a nossa colaboração com muito respeito, na busca de que a gente de fato tenha o nosso tão sonhado e merecido, porque o Plano Piloto tem 11 tipos de parques e é inadmissível que 1/3 da população que mora no corredor Brazlândia para cá a gente não tenha um para levar os nossos filhos e filhas ou a gente se divertir num momento de lazer? Tudo o que a gente precisa fazer é ter que sair da nossa cidade. E nós estamos sinceramente cansados de ter que sair da nossa cidade para trabalhar lá, para voltar aqui e para de novo sair para a gente poder ter o mínimo de dignidade, que é o direito à cidade de lazer. Obrigado, viu!

Senhora Natália Almeida (32:40)

Vai passar, então, para o subsecretário Renato Santana.

Senhor Renato Santana (32:46)

Bem, boa noite a todos e todas. Boa noite deputado Max Maciel da Ceilândia, agora do Distrito Federal. Afinal de contas, o voto no Distrito Federal é distrital. O voto que pesa em Planaltina pesa no Gama, pesa em Ceilândia e eu digo Max Maciel, da Ceilândia, com muito carinho, porque vi e crescemos juntos nas ruas da Ceilândia, aí quando tudo era um pouco mais difícil. Boa noite aos técnicos do IBRAM que estão representando o presidente Roney Nemer, o Watson, é wats on waldson, waldson, Walterson que está representando aqui o presidente Roney Nemer, a Natália tá aqui. Estão bem explanando os componentes dessa audiência pública, eu, nesse ato, estou representando o Secretário do Meio Ambiente, o secretário Gutemberg Gomes, que está em um outro compromisso. Eu estou lá na Subsecretaria de Gestão Ambiental e Territorial da SEMA, da Secretaria do Meio ... de Ceilândia, administrador de Samambaia e administrador de Taguatinga que são as cidades que são impactadas com esse empreendimento. Eu vejo que tem ali o Charlinho, que ocupa um espaço aqui junto com a Marlene ali, no pesque pague há 50,40 anos, eu vejo ali o Nelson, que foi diretor da regional de ensino. Vejo também o Marcos, que foi diretor da regional de ensino. Vejo lá o Almir, que é representa aqui o futebol e o Ceilândia Esporte Clube, vejo aqui o Ari de Barros que é representa o rock and roll do Brasil, o FERROCK o maior festival do mundo, porque é da Ceilândia, o FERROCK, que foi contemplada com recursos lá do Reginaldo Veras e tem um time aqui que está representando, como ter um time que está representando o Chico Vigilante e é bom que a cidade tenha os seus representantes e isso é justo, é legítimo e a Ceilândia precisa aprender a se apaixonar pelos seus representantes. E vejo tantos outros aqui como ex-administrador de Taguatinga, o Ezequias. Eu vejo ali o Ronaldo, ex-administrador de Brazlândia e ex-administrador de e agora está lá auxiliando o bispo Renato. Envolvendo aqui, Max tantos outros, Alessandra que está hoje lá na NOVACAP e que esteve dentro da administração da Ceilândia, cuidando junto com esse time aí, o Marcos e tantos outros da NOVACAP, mas eu digo Alessandra, porque nós trabalhamos juntos, ela trabalhou lá na nos projetos, projetando calçadas, quando Ceilândia não tinha nem calçada, iluminação, quando não tinha iluminação, conselho rural está ali, está aqui representado. Que bom que a Ceilândia, Samambaia, Taguatinga entende a importância dessa audiência. O deputado Max colocou muito bem. Esse é o fórum para se discutir esse projeto do CENTRO METROPOLITANO. Que não é só um projeto de governo ou um projeto de uma companhia como a TERRACAP, porque se fosse só isso o projeto estava colocado e não teríamos esse ambiente aqui para discutir e para ouvir as sugestões, porque eu vejo aqui o Veridiano de velho de guerra, de expansão do Setor O, que nasceu daquele jeito lá, sem umas ruas, sem saída, porque naquela época não tinha esse papo de audiência pública, Veridiano. Que bom que hoje está aqui e os técnicos do IBRAM, da SEDUH da TERRACAP tem a missão de fazer essa audição, da Secretaria do Meio Ambiente idem, é o nosso dever atuar para proteger. Veja que o Carlos que é o comunicador da Ceilândia. Lá da Ceilândia Norte. Então, quando o deputado Max Maciel coloca aqui que é uma das pautas que foi apresentada por ele ao governo, o Governador Ibaneis, através da Secretaria de Governo, o secretário José Humberto, através do IBRAM, que é de se vai nascer um empreendimento, que empreendimento é esse? Nós podemos opinar. Está aqui o fórum para essas, para apresentar as opiniões, inclusive para clarear. Para corrigir fluxos de informação, inclusive. O estado, ele em algum momento dessa construção de estado em Brasília, é uma cidade jovem. Ceilândia tem uma história que é uma história extremamente relevante. Que é aquela, ó, tem um terreno

extraordinário ali, leva essa turma para lá. Mas, por exemplo se, naquele momento, a Secretaria do Meio Ambiente, existisse IBRAM tão forte como é hoje, talvez, sei lá, já não tivesse vindo para aqui. Porque o Distrito Federal, por exemplo, para onde você correr nesse quadrilátero, ele é berço de águas, Natália. E aí é o seguinte, essas audiências, Max, elas servem para a gente reduzir, minimizar e principalmente, Natanael. Corrigir fluxos a partir dessa audiência, porque tem umas audiências que as pessoas escutam e tem outras que as pessoas ouvem e tem uma diferença entre ouvir e escutar. Escutar todo mundo escuta, estou escutando o barulho da sandália ali. Agora ouvir, processar a informação esse é o dever do estado. Trazer a boa audiência para que clareie para todos e se ficar dúvidas, porque a missão do deputado Max Maciel que tem uma digital da Ceilândia e também isso se estende para Taguatinga e se estende para ser para as Taguatinga, Samambaia. A missão dele é fiscalizar. E ao fiscalizar é levar para o Governo, como ele acabou de dizer, olha se vai nascer um empreendimento aqui, o que nós podemos fazer para corrigir os fluxos e as compensações dentro desse fluxo, por exemplo, para que a gente urbanize aquilo que é parque urbano, que é o parque do Setor O. Aquilo que está previsto em lei hoje, que é o parque do Sol Nascente, por exemplo. E se nós não fizermos dessa maneira, por exemplo, vai acontecer como aconteceu lá no Sol Nascente, quando a SEDUH, a TERRACAP, os órgãos de governo começaram a fazer o desenho urbanístico daquela região, que foi ocupada desordenadamente e que hoje tem lá alguma parte já uma infraestrutura e uma outra caminhando para isso, que é o trecho 3, mas, por exemplo, tem um desenho lá no mapa que estava previsto um parque e enquanto a burocracia permeou, pode, não pode, vai, não vai, vai, não vai, aquele que não tem compromisso com a nossa cidade, que é o grileiro, foi lá e ocupou a Terra e parcelou. E se nós passarmos mais uma década discutindo isso aqui...não estou fugindo do assunto. Olha só...Gente, olha só. Olha só, o deputado Max falou, eu estou falando e vocês vão ter oportunidade de fala, nós somos...Obrigado. Obrigado. Eu estou fazendo aqui um histórico porque essa audiência já se tentou fazer algumas vezes e a gente perde tempo e a velocidade é 5G. O Max está fazendo um alerta, aqui são 26 anos. O túnel de Taguatinga, foram 30 anos. Então eu não estou falando aqui de uma história que não existe, eu presenciei uma parte considerável dela, não é, Ari? E não vou deixar de citar. Porque essa é a audiência para se encaminhar um projeto com a opinião de vocês, espera aí, se a opinião de vocês é fugir do assunto, então nós estamos fazendo o quê aqui? É importante? E o não...e o não... Eu não. E esse não. E esse não. Ele é para ser construtivo também. Então, deputado Max, parabéns pela sua, pela sua coragem de sentar à mesa e fazer a representatividade que você tem feito sempre. E parabéns aqueles que estão aqui. Eu vejo alguns cabeça branca aí, não é, Adilson, Edmilson? Que enfrentaram inúmeras lutas e continuam aqui enfrentando mais uma delas. O fato eu sou morador da Ceilândia e sou servidor público há 30 anos. E eu quero dizer que, em alguns momentos, a Ceilândia perdeu. Por se recusar sentar à mesa. Por isso essa audiência de hoje tem um momento histórico. Vou voltar aqui ao UnB, está aqui e se não tivesse sido encaminhada da maneira que foi encaminhada, talvez, hoje, nós não tivéssemos o campus da UnB, aqui nesse espaço. Idem para o IFB, que era um lixão. Quem sabe, quem conhece a história sabe. Quantos milhares de caminhões de lixo nós retiramos dali. Então, esse momento aqui primeiro é para parabenizá-los porque esse é o fórum ideal para se encaminhar e para esclarecer e para evitar o excesso de burocracia. Obrigado, boa noite e tenham todos uma boa audiência.

Senhora Natália Almeida (43:30)

Então vamos dar início à apresentação da ECOTECH através da técnica Isabelle, que vai fazer uso da palavra para apresentar um resumo do estudo ambiental que foi realizado aqui no perímetro do projeto do CENTRO METROPOLITANO. Isabelle está com a palavra.

Senhora Isabelle (43:50)

Boa noite, gente. Vou apresentar aqui a audiência pública. Lembrando que essa apresentação ela foi baseada no estudo ambiental relatório de impacto ambiental complementar. Então, ele vai ser bem objetivo. Vou procurar ser o mais breve possível. O CMT ele trata de parcelamento de solo urbano, localizado na região administrativa de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Tem como área topográfica 209,61 ha. A respeito da situação fundiária, aqui é, ele é dividido em 11 partes. A parte 4 ela pertence a CEB. Então, é propriedade da CEB. O restante, tudo pertence a TERRACAP. Observação, aqui, na localização das regiões administrativas. Agora vamos tratar a respeito do histórico de uso da gleba, está essa imagem de satélite ela trata da década de 80. Como que era a situação do desta área onde está a gleba do CMT. Pode-se observar que existia muita deposição de lixo nessa região, principalmente atrás o Estádio Serejão. Muitas escavações de solo desde aquela época. Então, tudo isso interferiu na qualidade ambiental da área, principalmente promovendo afugentamento da fauna, interferências também na cobertura vegetal. Então a flora e como um todo, ela não está no seu estado original desde essa década aí 1900, desde essa década até antes disso. Ao centro tem uma seta amarela, não sei se tá possível de visualizar, mas, a princípio, tem um processo erosivo ali ao centro, que foi causado é por mal disciplinamento de águas pluviais. Mais à

frente, vocês vão visualizar melhor também. Continuando aqui entre 2009 e 2013, não, estava acontecendo, então, a ampliação da rodovia de acesso entre Taguatinga e Samambaia. Pode ser de notar, mais deposição de lixo e mais de solos expostos. A processo a erosão. E a implantação da duplicação da DF 459, aqui no extremo Oeste da gleba do CMT. Aqui a imagem de satélite 2013 a implantação do UnB mais interferência ainda na porção Oeste ali da gleba, então mais escavações que ocorreram no local e aterros. Então, interferindo mais ainda na qualidade ambiental desta área. Com essa imagem, é possível observar que existem muitas áreas de cobertura vegetal exótica que a gente chama que não pertence, ao cerrado, ela é não é nativa do cerrado, principalmente nesse extremo norte aí é possível notar a próxima Estádio Serejão. E não extremo Oeste, também próximo à rodovia DF 459. E ao sul, sudeste, ali sudoeste, é possível notar formações campestres, que são nativos do bioma cerrado. Aqui existem algumas imagens para notar que há interferência na área, então existiram muitas escavações. Ali é possível observar na imagem da direita é possível observar a estação CEB. Então, ao longo desse período, é possível notar essa interferência. Aqui, com essa imagem, não é possível ver as imagens que estão com geo localizadas. Então cada um tem um ponto específico. Essas 2 imagens aqui de baixo, mas para a esquerda ela se referem ao ponto um e é justamente onde tem um solo úmido, bem na porção Oeste, ali próximo a DF 459. E mais à frente nós vamos falar dessa área. que ela também, ela vai ser preservada. Ali, a gente pode observar que existem ocupações aí abaixo do Estádio Serejão e deposições de lixo ao longo dessas áreas de solo exposto, como é possível notar, a ir ao centro, próximo a esse limite aí das regiões administrativas da Ceilândia e Taguatinga. Aqui é um exemplo, é possível, acredito que vocês vão vendo melhor o processo erosivo, que até então tinha mostrado naquela imagem anterior. Ele já é muito antigo, então ele já, desde a década de 70. Agora, vamos tratar sobre a parte dos aspectos urbanísticos. O CENTRO METROPOLITANO ele foi previsto no PDOT de 92. Ele está localizado em uma zona urbana consolidada. Como a gente vai ver que nesse mapa. A erosão é uma ravina muito profunda. Está estou bem aqui ao centro. Tem erosão, uma ravina muito profunda. É porque a equipe de geologia ela foi em campo, identificou essas calhas artificiais, não são naturais. Voltando aqui aos aspectos urbanísticos. O CMT Ele está localizado na zona urbana consolidada, que tem como função desenvolver as potencialidades dos núcleos urbanos e melhorar a integração com as áreas vizinhas. Ele foi previsto, ele está atendendo o plano de uso, ocupação, está atendendo a DIUPE 06 de 2021. Atendendo o plano diretor local de Taguatinga e o plano diretor local da Ceilândia, ambos planos diretores locais eles informam... a erosão agora tá fácil, a visualização. Está fácil também, a visualização da antropização da área... Voltando aqui o plano, o plano diretor. Voltando o plano diretor local, ele prevê um dispositivo escrito, criação do centro regional como marco simbólico e referências parcial de uma Brasília contemporânea, o qual equilíbrio e compartilhe com o plano piloto as funções de centralidade regional. E ele, é possível notar que ele ocupa um vazio urbano, que não tem utilização atualmente, não ser os *CENTRAD* (?) e o Estádio Serejão. A questão, aqui, dos aspectos urbanísticos. Voltando, a gente tem a parte de densidade demográfica. Então, é previsto, de acordo com o PDOT, que exista uma alta densidade demográfica ao norte do CMT e média densidade demográfica ao sul. Tratando que do também desse assunto o CMT, ele vai ser dividido em 6 unidades de projeto. São unidades de projeto definidas com base nas suas particularidades fundiárias e limites das regiões administrativas. Eu vou falar de um aqui específico, que é a unidade de projeto um, que é o parcelamento do solo, que visa complementar o CENTRO METROPOLITANO DE TAGUATINGA. Ele está localizado exclusivamente na Região Administrativa de Taguatinga e se localiza ali no extremo norte. E extremo no lado direito. Aqui, a respeito do plano de uso e ocupação. Ele também atende a lei de uso e ocupação do solo. Anteriormente, ele previa, ele não previa, como parcelar, parceláveis na zona rural, faixa de domínio da DF 459, faixa de domínio do metrô e as unidades de projeto 2 e 4, que trata do centro esportivo e da CEB. Porém, a SEDUH ela emitiu um dispositivo, o Parecer Técnico 75 de 2023, que inclui, que ela fez algumas alterações e é incluiu como área não parcelável as áreas de preservação permanente de nascente, córrego e o gleissolo, mais à frente nós vamos explicar a respeito do gleissolo. Assim como ao equipamento livre de uso público, o ELUP, ele foi dividido em parque urbano, praças e áreas verdes. Aqui tem um mostrando como é que é, é todo esse uso projetado, não é com os usos destinados distribuídos aí na poligonal do CMT. Logo abaixo, no extremo sudoeste vai ter ELUP como falado anteriormente, que é o parque urbano, a são as áreas verdes, justamente próximo à ARIE JK. Então que acaba sendo uma zona tampão, que a gente chama como profissional da área ambiental, a gente chama como zona tampão, que serve para é reduzir os impactos ambientais diretos na ARIE JK. Tratando aqui do sistema viário. O sistema viário, ele atende, esses dispositivos. Então, atende o decreto 38.047 de 2017. Ele prevê amplas calçadas, sistema cicloviário interligado a ciclovia existentes nas áreas limítrofes. CMT, está projetado ao longo da linha do metrô, sendo atendido pelas estações Ceilândia Sul e Centro Metropolitano e será também integrado às linhas de ônibus, facilitando a sua acessibilidade. A respeito do trânsito. Então, está sendo elaborado um relatório de impacto de trânsito justamente para analisar essa questão dos impactos e para adotar medidas de para reduzir esse impacto para a população. Está em laboração em análise pela TERRACAP. Tratando da questão geologia. O empreendimento ele apresenta afloramentos rochosos de quartzito, que está aqui mostrando nessas áreas

limitadas em preta, hachuradas em preto. E tem a formação Serra da Meia-noite. A respeito da pedologia. A gente aqui são as imagens, mostrando como é que essas rochas metarritmitos e quartzito. E a respeito da pedologia o para falar especificamente o empreendimento, ele tem essas classes de solo que a gente chama, mas como importante aqui, que vale ressaltar, é o gleissolo, que é um tipo de solo úmido. Ele está presente atrás do Serejão, do Estádio Serejão está no extremo Oeste. Como falado anteriormente, eu mostrei uma foto logo antes. Ele aqui, logo mais à frente vocês vão notar que é possível ver uma nascente atrás do Serejão, que ela vai ser preservada. Deixa eu só voltar aqui. Aqui do sistema viário, gente, olha só, houve uma adequação tá desse sistema para justamente preservar essa nascente, como vocês podem notar ali um pouco próximo ao viaduto. Aqui são algumas fotos do tipo de solo, cada um tem uma coloração diferente. Essa foto da esquerda, é um a nascente propriamente dita. Questão da declividade está a declividade do CMT, ele é menor que 30%. Suscetibilidade à erosão. As áreas que têm maior suscetibilidade das erosões, elas estão no sudoeste. E elas vão ser preservadas justamente onde vai ter o parque urbano, as áreas verdes. Agora a respeito do zoneamento hidrográfico. O empreendimento ele está localizado na unidade hidrográfica do Rio Melchior. Distante cerca de mais de 600 m de distância do Ribeirão Taguatinga. Tratando da ARIE JK o empreendimento ele não está localizado na ARIE JK. Ele está no limite e também não está localizado na APA do Planalto Central. Como pode-se observar aqui por essa imagem. O plano de manejo ele foi da ARIE JK ele foi aprovado pela Instrução Normativa 3 de 2021. A Informação Técnica 51 de 2020 do IBRAM, diz que o CMT não estava inserido, não está inserido em zona de amortecimento. Então autorizou o prosseguimento ao licenciamento ambiental. Então, pode-se dizer que as restrições impostas pelo plano de manejo da ARIE JK não se aplicam ao CMT. Tratando do zoneamento ecológico econômico, o empreendimento ele se localiza na zona ecológica econômica, dinamização produtiva com equidade, que tem como função diversificar as bases produtivas do Distrito Federal, com a inclusão socioeconômica compatível com os riscos ecológicos e serviços ecossistêmicos. Respeito da flora, como dito anteriormente, desde antes da década de 80 já tinha acontecido toda aquela interferência antrópica na área, então, a cobertura vegetal original já sofria alteração. Não, nessa calhar artificial que a gente que eu mostrei anteriormente, nessa imagem, bem ao centro, onde tem a erosão, ela não foi, não foi identificada, não foi caracterizada como APP está a área de preservação permanente, mas aonde tem a nascente, aonde tem o solo, o gleissolo, que fica no extremo Oeste, perto da DF 459, deixa eu encontrar aqui a imagem para vocês visualizarem. Essa aqui, bem, estou bem próximo a DF 459, onde tem o gleissolo essa área de sensibilidade ambiental, ela também será preservada. Aqui é a adequação do sistema viário como mostrado anteriormente. A respeito da fauna, como falado que há toda a fauna, ela não vai ser, toda fauna, ela foi pro, foi provocado, foi afugentada, pelas interferências antrópicas desde a década de 80. Então, foi dispensado estudo de fauna. Então não existe não há abrigos de fauna. Atrativos ali para a fauna silvestre. Tá gente. fauna silvestre. E é possível notar pelas imagens aqui aéreas como tem muita predominância de vegetação exótica. Então também não atrai muita fauna silvestre. Respeito do sítio arqueológico. Foi a realizado pesquisas arqueológicas em 2010, encontraram (?) ferramentas líticas na área. Em 2023, a TERRACAP decidiu fazer a um levantamento arqueológico nesta área de uma forma complementar anteriormente a em relação ao estudo anteriormente encaminhado ao IPHAN. E o IPHAN emitiu Parecer Técnico 43 de 2023 exigindo, então, a apresentação do RAIPA, que é o relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico e do PAIPA, para que é o projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico do sítio arqueológico Monte da Oração. O PAIPA ele já foi protocolado no IPHAN e é um estudo que está em é alvo de outro processo licitatório e lembrando que ele está localizado ali na área do parque urbano, então ele vai ser protegido durante e após a instalação. Tratando da infraestrutura sanitária, o empreendimento ele pode ser, vai ser atendido pela CAESB. É viável o fornecimento de água tratada. A sua rede, vai ser a sua rede, vai ser interligada ao reservatório apoiado da Ceilândia e não há interferência com rede pública. Esgotamento sanitário, o esgoto ele vai, ele vai ser direcionado a rede pública da CAESB. Então é viável ali, o atendimento e não há interferência do CMT com a rede existente, a rede pública da CAESB. Respeito da drenagem de águas pluviais, serão estão previstas 4 sub bacias de drenagem pluvial, que tenham como lançamento de efluentes pluvial no Ribeirão Taguatinga, e vai ter a outorga de uso conforme exigido ali pela ADASA. O projeto básico do sistema de drenagem pluvial, ele está em aprovação na NOVACAP. Não há interferência do CMT com a rede pública de drenagem pluvial. A respeito da coleta de resíduos sólidos, o SLU informou que é viável, sim, a coleta está, desde que o volume esteja limitado a 120 litros por dia por unidade autônoma. Agora, quanto a questão dos impactos. Vai existir uma recomposição da cobertura vegetal, lembrando que existem muitos solos expostos, muita escavação, que foi acontecendo desde a década de 80, então vai ocorrer a execução do projeto paisagístico, o empreendimento ele atende às normas e parâmetros urbanísticos, PDOT, DIUPE como foi formado antes. Vai propiciar qualidade de vida local, porque estão previstos plantios de árvores no em áreas, nas áreas verdes, então no ELUP e haverá melhorias no sistema viário. Promoverá a geração de empregos e renda em tributos e ocorrerá a purificação do ar, também com o plantio de árvores, arbustos e herbáceas. E além de ocupar um vazio urbano, porque é muito melhor ocupar um vazio urbano já degradado do que ocupar um vazio que tenha a vegetação

preservada. A respeito dos impactos negativos, esses impactos aqui eles são os impactos efetivos. Então vai ocorrer a remoção da cobertura de cobertura vegetal antropizado, predominantemente, como foi falado antes, redução da diversidade genética, afugentamento da fauna também, vulnerabilidade do solo, subsolo, erosão. Demanda por recursos minerais. Eu vou ser bem breve, aqui está gente. Geração de ruídos também, e redução de recarga de aquífero. Alteração da paisagem natural. Emissão de gases poluentes, partículas na atmosfera. Alteração no microclima também. E a respeito dos impactos potenciais, eles não necessariamente eles vão acontecer. Eles só ocorrem caso não sejam adotadas medidas ambientais que serão posicionados, apresentadas posteriormente, que a que são aumento da ocorrência de animais que promovem doenças, suspensão de particulado, geração de mau odor, ocorrência de mais erosão. A poluição da água subterrânea. Poluição do Ribeirão Taguatinga que é o corpo receptor. Assessoramento do Ribeirão Taguatinga, risco de aqueles impactos antes mencionados, que são os programas de monitoramento de limpezas de terreno, remoção de vegetação, espécies de fauna e movimentação solo, efluentes de obras. PGRCC, que é o plano de gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil. Plano de monitoramento de ruídos de obras, planos de monitoramento de sinalização e controle de tráfego na obra, plano de monitoramento de processos erosivos, de vigilância sanitária ambiental, o programa de educação ambiental com as comunidades, com associações, com os líderes comunitários presentes na região e o plano de monitoramento de recursos hídricos superficiais. Concluindo, o CMT pode integração entre as regiões administrativas de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, dentro da zona urbana consolidada segundo PDOT. O licenciamento ambiental iniciou o pedido da TERRACAP quando foi criado o processo ambiental, na década de 97. O plano de uso e ocupação atende os parâmetros urbanísticos do PDOT e da DIUPE. O plano de uso ocupação abrange projetos registrados e áreas não parceladas para consolidar a área de dinamização definido no PDOT. Grandes equipamentos como Estádio Serejão, central de lojas, subestação da CEB, campus universitário da UnB promovem a integração de regiões vizinhas e a conexão imobilidade com tecido urbano já existente. A TERRACAP é proprietário da gleba, não restando offices fundiários. A maior parte do CMT ocupa o vazio urbano das regiões administrativas da Ceilândia e Taguatinga. A ocupação planejada reduz os custos de implantação, operação e manutenção de toda a infraestrutura urbana. A cobertura vegetal original foi alterada na década de 70, resultando em perturbações degradações do ambiente natural na maior parte dessa gleba. A instalação do CMT evita a ocupação irregular do solo, viabiliza a ocupação ordenada e contribui para a recuperação dos trechos degradados e não está situado em qualquer unidade de conservação. Não há características geológicas, geomorfológicas e pedológicas que impeçam a implantação do CENTRO METROPOLITANO DE TAGUATINGA. E a flora e a fauna silvestre sofreram perturbações ao longo dos anos. Os impactos ambientais negativos identificados neste RIAC podem ser controlados por meio de medidas preventivas, corretivas e mitigadoras e compensatórias indicadas nesse trabalho. Os principais impactos ambientais negativos identificados neste aqui podem ser avaliados por meio de programas de monitoramento ambiental. E o plano de uso e ocupação, ele é compatível com o código Florestal assim como também o zoneamento ecológico econômico do DF. E a equipe técnica avaliou como viável a implantação do CENTRO METROPOLITANO DE TAGUATINGA e, de acordo com a proposta de ocupação apresentada no plano de uso e ocupação e sistema viário adequado, já que não interfere nas áreas de sensibilidade ambiental, abaixo do Estádio Serejão e no limite Oeste do CENTRO METROPOLITANO. Aqui é uma são algumas imagens de como vai ficar o CENTRO METROPOLITANO. E assim eu encerro minha apresentação.

Senhora Natália de Almeida (68:20)

Pessoal vamos...Peço a ordem, então aqui no pessoal, a questão de ordem nossa aqui para o bom andamento dos trabalhos. Pessoal, eu gostaria de ir nesse momento é agradecer a Isabelle, todos da ECOTECH pela apresentação que foi realizada e gostaria de dizer que neste momento dá-se início a participação de todos aqueles que estão inscritos para falar, para fazer uso da palavra através de perguntas, comentários, contribuições. Para esse trabalho nós, devido ao atraso, que tivemos um pequeno atraso. É pela fala da mesa que se delongou um pouquinho mais desde já eu gostaria de declarar, inclusive, é já temos aqui cerca de 40 inscritos para falar e seguiremos aqui conforme a ordem de inscrição realizada no momento da entrada do credenciamento. Gostaria de registrar aqui antecipadamente que já recebemos algumas contribuições via e-mail antes da realização da audiência. Gostaria de registrar aqui, então, a participação do Comitê de Bacias Hidrográficas do Afluente do Rio Parnaíba do DF, através da representante Alba Evangelista Ramos. Queria saber se ela está presente? Ah, está inscrita para falar, mas eu queria é registrar aqui então a participação é, já recebemos. Independente da participação aqui oral, nós já faremos os registros dessas contribuições já no processo, na ata. Então, para dar início, eu gostaria que todos aqueles que fizerem uso da palavra venham aqui até a tribuna, se apresente ali do meu lado esquerdo para que fique bem enquadrado na nossa transmissão e, enfim, para que todos também venham aqui ao palco. Então, eu peço para que já se preparem. Vinícius Guimarães, Alba Evangelista, Lúcia Mendes, Gerson

Deveras e Romualdo da Cruz. Peço que se atentem ao tempo. Pedimos a boa utilização do tempo, a boa gestão do tempo para que o maior número possível de participantes faça uso da palavra, e também nós é, vamos fazer as respostas e as contribuições da mesa em bloco. Então, a cada 4 ou 5 participantes, nós faremos uma pausa para revisitar os assuntos que foram colocados aqui pelos participantes. Eventualmente, assuntos que forem duplicados, a gente pede para que sejam condensados na mesma manifestação, eventualmente, aqueles que participem também de associações, enfim, para que condensem em sua manifestação, possibilitando a participação do maior número de inscritos. Podemos começar? Cadê o Vinícius? Vinícius Guimarães? Então vamos ficar atentos aí, pessoal da organização, o tempo? Claro, fica vontade.

Senhor Vinícius Guimarães (72:15)

Boa noite. Oi, boa noite. Meu nome é Vinícius Guimarães? É.

Senhora Natália Almeida (72:30)

Pessoal peço aqui ordem na condução. Pessoal ordem, por favor, esse tempo, esse tempo é destinado aos inscritos. Peço que respeitemos o uso da palavra dos participantes, por favor. Os cidadãos também aqui estão falando individualmente, pessoal, vamos manter por favor, a ordem nos trabalhos, por favor. Obrigada. Pode falar, Vinícius.

Senhor Vinícius Guimarães

Bom é, sou morador da Ceilândia desde os 6 anos de idade, sou engenheiro ambiental. Então eu entendo o que eu estou falando. Sou técnico também e na verdade, eu queria tirar uma dúvida durante as imagens é que a como é que o seu nome? A Isabelle colocou aqui para a gente. Basicamente só tem espécies exóticas braquiária, leucena, mamona e muito lixo e tecnicamente essas espécies elas atrapalham o crescimento das espécies nativas. Então eu queria saber, mesmo que não tenha o empreendimento ou se tiver empreendimento, essas espécies causam um impacto na APP, então elas não podem ficar lá. Então, hoje é querendo ou não, o que temos lá hoje é negativo para a região, não é para APP, é de forma completamente negativo, porque a braquiária domina, não deixa que as sementes cresçam, que as raízes preferem ali, e então é um impacto extremamente é negativo. Então eu queria saber é qual vai ser a medida em relação a essas espécies invasoras lá que não, não pode ficar naquele ambiente, que é um ambiente 100% degradado, só tem coisas negativas ali, além, de agora, como morador, o que eu posso colocar é questão de bandidos que se escondem ali. Não sei se vocês moram aqui perto. Eu moro aqui perto, na 22 e a questão do lixão. E quem passa de metrô ali vê tudo isso. Então, eu queria saber é esses pontos.

Senhora Natália Almeida (74:37)

Obrigada, Vinícius. Vamos dar sequência, então.

Senhora Alba Ramos (75:00)

Boa noite a todos e a todas. (Natália: pessoal, silêncio, por favor. Obrigada, silêncio, por favor, obrigado.) Eu sou presidente do Comitê de Bacia dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal, que ocupa cerca de 64% do território do DF aonde estão inseridas 5 sub bacias, dentre elas a bacia do Descoberto, onde se insere este empreendimento. Então a Câmara técnica do comitê estudou esse RIAC e fez uma série de considerações que eu gostaria de pedir um pouco de paciência da mesa para permitir que eu faça a leitura de todas as observações. Então, a primeira coisa que a gente vai falar é que, em 2020, foi aprovado pelo Conselho de Recursos Hídricos do DF o plano de recursos hídricos do Paranaíba DF e esse documento, ele não foi considerado na elaboração do projeto do CMT. O plano estudou cada uma das bacias hidrográficas afluentes do Rio Paranaíba e, portanto, não procede a afirmativa presente do RIAC na página 20, de que a unidade hidrográfica do Rio Melchior não possui plano de bacia hidrográfica. O IBGE lançou recentemente o censo demográfico de 2022, no qual foram atualizados dados populacionais indicando que o projeto deverá atualizar esse tema porque tá usando dados antigos. Ainda no RIAC, na página 21, no item 2.9.3, unidade hidrográfica, está explícito que o projeto de lançamento de águas pluviais está embasado na Resolução ADASA número 9 de 2011. Essa resolução foi revogada pela Resolução 23 de 2023 que trouxe novos parâmetros para emissão de outorga de lançamento para adoção pelos projetos, visando minimizar os problemas de drenagem urbana. E a gente nem precisa lembrar o que o Distrito Federal tem passado com as últimas chuvas, o regime está mudando, tem a concentração de chuvas em muito pouco tempo isso

ocasiona graves problemas. Então, essa resolução, é importante que ela se observada, que ela tem recomendações para esses projetos. Então, esse projeto do CMT precisa ser revisado visando a elaboração adaptação do projeto de drenagem urbana conforme a nova resolução. Sugere-se ao IBRAM e ao empreendedor, considerando a revisão do projeto do CMT, o conteúdo do manual de boas práticas de gestão de resíduos de obras, publicado pela ADASA em 2022. Verifica-se que o sistema de esgotamento sanitário, que é tratado no item 6.3, ele foi projetado considerando o plano diretor de águas e esgoto de 2000. Esse plano foi revisado em 2019 e essa revisão não foi considerada nesse projeto do CMT colocado à nossa disposição no site para gente consultar. Na página 112 do item 6.3 para fins de estimativa de contribuição per capita de esgoto ora é utilizado o índice de perdas de 25%, ora de 35%, indicando a necessidade de revisão e uniformização do texto. Na página 104, no item 6.2.1 sistema de distribuição atual é inverídico o texto, abre aspas, CAESB e parceria com a SANEAGO tem atuado no município, passando a operar o sistema de abastecimento de água com produção por poços tubulares profundos com previsão de obras de readequação do seu sistema distribuidor, fecha aspas. Na região, a CAESB não opera em conjunto com a SANEAGO e nem opera com poços tubulares profundos, conforme o plano diretor de águas e esgoto, de 2019. Então, esse é outro item que precisa ser revisado e tem que se apresentar solução, conforme os estudos mais atuais. O projeto prevê o lançamento de esgotos na estação de tratamento do Rio Melchior. A ETE Belchior, para atender a demanda do CMT, deverá receber investimentos vultosos para ampliação de sua capacidade de operação. Atualmente, o Rio Melchior, está na classe de enquadramento 4 segundo a resolução número 2 de 2014, do Conselho de Recursos Hídricos e a população da bacia do Melchior... e a população da bacia do Melchior tem demandado a melhoria do tratamento dos efluentes lançados, visando qualificar água do rio para a classe de enquadramento que permita usos mais nobres, tais como banhos e outras atividades de lazer. Sobre o sistema de disposição de resíduos sólidos, o projeto não considera as informações do plano distrital de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos, de 2017, indicando a necessidade de revisão para adequação a este plano. A região é que o empreendimento está localizado é uma borda de Chapada, o relevo movimentado e, portanto, muito suscetível a riscos. O projeto não fez a comparação com os mapas de riscos ecológicos apontado pelo ZEE DF e não apontou a previsão de minimização dos riscos. É necessário que se faça a revisão desse projeto à luz do ZEE. A ARIE JK é uma unidade de conservação de uso sustentável que, além de proteger recursos naturais, abriga produtores rurais remanescentes até o Presente. A implantação do empreendimento afetará a ARIE, entre outros, nos seguintes aspectos, redução da infiltração de água e, conseqüentemente, redução da vazão do Ribeirão Taguatinga e afluentes, restringindo ainda mais a produção rural. Em função da impermeabilização que o empreendimento ocasionará, haverá alteração do ciclo de vazões do Ribeirão Taguatinga, ocasionando picos de vazão, ou seja, tem época que vai encher muito, tem época que vai diminuir muito. Cada vez que isso ocorre, isso vai causar uma série de problemas, principalmente, processos erosivos. Além disso, terá grande impacto sobre escoamento de base que sustenta as vazões dos corpos da água da bacia. Ou seja, com o solo impermeabilizado, a água não vai infiltrar o quanto deveria infiltrar para alimentar os níveis do lençol freático, que é quem vai alimentar água superficial, dos rios, dos lagos, etc. Então, esse é um dos problemas que precisa ser apresentado uma solução. É a urbanização a montante da ARIE JK deverá proporcionar a degradação da qualidade da água do Ribeirão Taguatinga. Em relação ao inventário florestal, visando a obtenção da autorização de supressão vegetal, verifica se a presença de indivíduos de grande porte de espécie nativa, de mata de galeria inundável e não inundável, assim como de cerrado sentido restrito. Estes indivíduos são portas sementes para a regeneração natural da vegetação, indicando a possibilidade de ocorrência de plântulas e muitos indivíduos jovens no local. A supressão vegetal irá contribuir para a redução de áreas da vegetação do cerrado que está cada dia ficando isolada nas unidades de conservação e interferindo no fluxo gênico com a ARIE JK e, portanto, sujeitando a flora, a erosão genética. A implementação do processo implica na supressão de uma área tampão que amorteceria o impacto do empreendimento na ARIE JK, que vem sendo estrangulada por diversos projetos urbanísticos em seu entorno. Recomendamos que os projetos urbanísticos das bacias hidrográficas cumpram a determinação do Estatuto das Cidades, que indica a necessidade de observação do plano de bacia ou plano de recursos hídricos da bacia, haja vista que as intervenções ocasionam diversos impactos que vão afetar o regime hídrico da bacia hidrográfica. Neste sentido, os projetos na bacia hidrográfica devem ser avaliados como um todo e não individualizados como ora se apresenta e que tem se mostrado como uma prática recorrente do órgão ambiental e de seus (?)...(Natália: pessoal, vamos...para encaminhar...pessoal. Mais alguma contribuição?) Finalmente, ressaltamos que, em termos de disponibilidade hídrica, a interdependência da área rural com novos empreendimentos urbanos, haja vista que as áreas rurais contribuem para a infiltração e regularização do fluxo de base que alimenta as águas superficiais e subterrâneas. Hoje, atividade agrícola já sente o impacto da suspensão de novas outorgas na bacia do Rio Descoberto, iniciada na crise hídrica de 2016/2018. E, finalmente, temos que adotar o que a Universidade de Brasília está mostrando. O departamento de arquitetura tem apresentado recorrentemente projetos de construção de planejamento urbano sensível a água, onde você valoriza as atribuições do meio ambiente,

para você ter uma perfeita integração deste com a utilização que se venha dar. Então, a universidade está aí, vamos usar o que está o conhecimento produzido. Muito obrigada, desculpa por ter prolongado tanto.

Senhora Natália Almeida (86:07)

Obrigada...agradeço novamente, então, ao Comitê de Bacia Hidrográfica que representado pela presidente Alba Ramos. Vamos dar segmento, então as inscrições de fala temos aqui Lúcia Mendes. Está presente? ali. Alguém pode auxiliar? Três minutos de fala, então, dona Lúcia fica à vontade.

Senhora Lúcia Mendes (85:50)

Eu teria que ter 5 porque eu falo pelo Fórum de Defesa das Águas, mas eu vou (5 minutos), eu vou tentar ser mais breve, para não cansar vocês. Meu nome é Lúcia, eu não moro na Ceilândia, eu moro na Serrinha do Paranoá. Eu não sei se vocês conhecem. Eu sou mineira. Na minha Terra tem um ditado que diz que pau que dá em Chico, dá em Francisco. E nós estamos assistindo, eu ouvi aqui a fala do deputado Max, ele falou uma coisa que é a reflexão que eu mais tenho feito nos últimos anos. A gente tem que pensar essa cidade, a gente tem que pensar, repensar essa cidade não na lógica do empreendimento imobiliário, não na lógica do dinheiro. Nós precisamos pensar essa cidade na lógica da defesa da vida e defesa da vida passa pela defesa da água, passa pelo direito a água, nós temos em Brasília, eu estou vendo aqui, a Maria Luiz, Alba que são do Movimento Água para (?). Áreas de relevante interesse social, que são mais de 250.000 pessoas que não têm acesso a água em Brasília. Eu falo de uma região que também é produtora de água. Também é região de nascente. Também lá nós somos ameaçados, com projetos imobiliários, que também lá estão dizendo que vai ser em área de vazio urbano, de onde não tem nada, onde não tem nascente, como disse a professora Alba água gente, não, não, ela não penetra, ela não infiltra em nascente em córrego, água infiltra em áreas de recarga aonde não parece que não tem nada, que ali que eu posso plantar um empreendimento imobiliário, é ali que a água tem que infiltrar e para ela infiltrar se nós temos essa vegetação degradada que foi dita aqui, o projeto que a gente devia estar assistindo é o projeto de recuperação de cerrado. Recuperação de cerrado. Recuperação de cerrado, que significa recuperação de água. A gente tem assistido nos últimos meses uma cidade esquizofrênica, com as chuvas, dezembro foi quase seco. Quando a gente entra em janeiro quase que alaga todo mundo. Isso é obra do homem. É o homem interferindo na natureza, interferindo nos ciclos das chuvas, não só no Distrito Federal. Quando a gente fala de mudanças climáticas, parece que aquela coisa distante, né não? Mudança climática que está acontecendo aqui agora. E quando a gente vê esse tipo de projeto, eu fico com assim, com muita solidariedade com os servidores do IBAMA, do IBRAM, porque eles precisam analisar e dar licenciamento para essas coisas acontecer. Então, eu sempre faço um chamamento de solidário com IBRAM. Vamos trabalhar juntos para evitar que esse tipo de lógica de desenvolvimento baseado no empreendimento imobiliário prospere na cidade porque não é só aqui em Ceilândia, é lá no Quinhão 16, onde a Terra nem é da TERRACAP, é a terra particular, mas com licenciamento do IBRAM está acontecendo lá em empreendimentos imobiliários, em cima de nascentes, em cima de áreas de recarga. Nós estamos assistindo agora lá no Palha, onde eu moro na Serrinha, estão querendo asfaltar as estradas da Serrinha. Gente, tudo que você impermeabiliza impede infiltração de água, impede a permanência, é prosperação da vida. Então eu peço ao IBRAM que não permita esse avanço de estradas asfaltadas da Serrinha do Paranoá e vamos pensar, isso aqui é uma instância de consulta, não é uma instância de deliberação. Então eu conclamo vocês que estão aqui com energia, com força, dizendo não a esse projeto, que não se desmobilizem, que participem, que vão lá na reunião do CONAMA, quando isso for discutido, é importante que o governo, que seus gestores ouça a voz da população. E nesse sentido, eu parabeno o IBRAM pela realização dessa audiência. Muito obrigada, obrigada.

Senhora Natália Almeida (90:50)

Obrigada, senhora Lúcia Mendes, a representante do Fórum de Defesa de Água, é o próximo inscrito é o senhor Gerson Deveras da comunidade. Seu Gerson pode subir aqui na tribuna, faça uso da palavra com 3 minutinhos aí para sua participação,

Senhor Gerson Deveras (91:19)

Buenas noches. Meu nome é Gerson Deveras. Eu quero falar uma coisa, é porque eu estava lendo aqui no folder que esse projeto preconiza uma conexão entre Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. E aí eu me lembrei que existe um aparelho muito importante aqui, que é um ponto de convergência exatamente entre essas cidades que é o Serginho, não é? Então eu queria como nós somos, uma gerência de esporte, cultura

e lazer, eu não poderia deixar de ressaltar a importância desse espaço que já foi um espaço muito importante para a formação de atletas. Então eu queria conchamar aqui, lançar esse desafio para os amigos e outros. Eu vi que existem alguns representantes de alguns gabinetes, como do Max Maciel, do Gabriel Magno, o Reginaldo Veras que nos auxiliarão em uma audiência pública em prol da reforma do teatro da praça, que conversa entre si e alavancam uma audiência pública em prol desse espaço do Serejinho que é um espaço que tem quadra polivalente. Nós estivemos lá com um representante do gabinete do Ricardo Vale, e é um espaço que tem um potencial incrível, inclusive no teto com retenção de energia, não é por uma empresa, uma parceria público privada, que pode injetar dinheiro na manutenção do espaço porque não adianta também só construir ou só reformar, né? A gente precisa aparelhar os aparelhos. Precisa ter programas sociais, entendeu? A gente precisa é realmente dar é instrumentos, não é, para que as pessoas possam usufruir desses espaços. Então está feito aqui esse desafio, né, para que vocês, que eu citei, e outras pessoas que queiram, né, ajudar nesse processo possam se comunicar e nós estamos à disposição lá na administração de Taguatinga. Administração que está reformando o ginásio do Taguaparque. Vamos reformar também o Centro Cultural do Taguaparque e queremos reformar o Serejinho e o Teatro da Praça está em vias de ser reformado também. Agradeço a todos vocês.

Senhora Natália Almeida (93:39)

Obrigada, obrigada, senhor Gerson. Queria chamar aqui então o senhor Romualdo da Cruz, ele representa IBVS não sei o que significa a sigla, se puder esclarecer aqui na tribuna. Obrigada.

Senhor Romualdo da Cruz (93:66)

boa noite, gente. É assim e IBVS, Instituto Brasil Verde Sustentável, a nossa sede aqui no Setor Habitacional Pôr do Sol logo aqui abaixo. É, eu gostaria de inicialmente pedir uma informação para você, minha querida, ali na 459 para lá, o empreendimento ultrapassa 459? Sabe, eu tenho identificando a 459 ali? Ele ultrapassa. Ultrapassa ou não? Uma pequena parte. Mas a pergunta que eu tenho é muito simples, a pergunta que eu quero fazer é muito simples. No primeiro plano de manejo, quando foi criado o plano de manejo do ARIE JK aí da DF 459 abaixo, do PRÓ-DF abaixo do Pôr do Sol até usina de tratamento de lixo lá abaixo da QNP 28 era considerado, não me lembro o nome nesse momento, parece que era ZP, Zona de Proteção, segundo informações que eu tive naquela época ali não poderia nem ter visitação. E observei alguma coisa, é depois da que foi retificado, não é, o plano de manejo que mudou esses nomes. Esses nomes não existem mais. Como que fica essa área hoje, depois da mudança? E como que fica esses chacareiros que estão logo abaixo do PRÓ-DF, do Pôr do Sol? Essas áreas vão ser transformadas em chácaras ou esse pessoal, o que que vai ser feito nesse sentido? E uma coisa que eu quero, gostaria de comentar porque ali vocês falam em parque, mas esse parque ele é só para atender essa, esse só esse bairrozinho, não é, porque é Ceilândia. A saída Ceilândia, ela, vamos dizer assim, é maior do que algumas capitais do Brasil e nós não temos um parque urbano a altura. Então, essa a arezinha aí é só para atender esse pessoal aí, não é? O restante continua a ver navios? É só isso mesmo. Muito obrigado, uma boa noite.

Senhora Natália Almeida (96:05)

Obrigado senhor Romualdo, só uma questão. Pessoal da mesa, Josias, é conseguir identificar a área que ele estava se referindo, onde estava chamando ZP? Zona de preservação, conseguiu Marcelo?

Senhor Romualdo da Cruz (96:19)

Eu posso falar mais?

Voz de Mulher (96:23)

Se o senhor me deixa, me permite falar. A gente fez uma alteração, na verdade, nas nomenclaturas do plano de manejo, antigo plano de manejo atual, que inclusive já foi publicado tanto a rezonamento quanto a atualização de todo o plano de manejo da área de ARIE JK, do Parque Ecológico do Cortado, do Parque Ecológico Saburo Onoyama, do Parque Distrital Boca da Mata, do Parque Ecológico 3 Meninas. Todos esses planos de manejo já foram publicados do Refúgio de vida Silvestre Gatomé está em processo de estudos ambientais. É, a gente teve que fazer uma alteração, na verdade na nomenclatura das zonas do zoneamento de todas as unidades de conservação, que a gente vem buscando a atualização para a gente ter uma padronização, com as nomenclaturas do ICMBIO, que é o órgão federal, e que assim a gente consegue fazer uma padronização de todos os entes da federação. Então a zonas de proteção, zonas de

vida silvestre, zonas de preservação, zonas de conservação, todas passaram a ser zonas mais restritas, com o nome de zonas de conservação da vida Silvestre ou zonas de preservação da vida Silvestre. Se o senhor quiser, depois a gente pode ver especificamente as áreas que o senhor está falando com relação às chácaras, mas provavelmente vão ser avaliados caso a caso.

Senhor Romualdo da Cruz (98:00)

OK, obrigado.

Senhora Natália Almeida (98:02)

Então, só para dar andamento à questão da pergunta que foi feita, então, para o senhor Vinícius, qual que seria a medida, a medida para o enfrentamento das questões de espécies invasoras, solução para a questão dos entulhos e lixo. Eu gostaria de então passar a palavra para ECOTECH para é discutir melhor sobre quais medidas mitigadoras vocês identificaram mais adequadas aí no caso.

Senhora Isabelle (98:26)

Como está previsto, então, o parque urbano, um dos impactos positivos, né, que estão que mencionei é a recuperação dessa área. Então, como ela está bastante degradada aí nessa área, inclusive tem um sítio arqueológico, ela vai ser recuperada com o plantio de espécies nativas do cerrado também. Então, é, a princípio, são essas medidas a serem adotadas. Então vai ser recuperada essa área e vai promover também a atração de animais silvestres. Porque esse parque urbano ele também vai servir como uma zona tampão para a unidade de conservação, para ARIE JK. Então, vai justamente reduzir os impactos ambientais diretos ali na unidade de conservação. Espero ter respondido sua pergunta.

Senhora Natália Almeida (98:25)

Obrigada, Isabelle. Então vou chamar aqui. Então, já peço para que se preparem então é Larissa Brenda Cordeiro, Emily Barroso, as 2, representa o Instituto Filhos da Terra. As 2 estão escritas, é isso mesmo? Para falar? Certo. E na sequência Josina Cardoso. Eu não consegui entender senhora Josina? Se a senhora representa alguma entidade. Ah, dona Josina, tudo bom com a senhora, tudo bom? Então, 5 minutos para cada uma delas, nessa ordem.

Senhora Larissa Brenda Cordeiro (100:02)

Boa noite, gente. Meu nome é Larissa, eu faço parte da residência CTS, que engloba a gestão territorial, seja na área rural, urbana, agroecologia, é e faz parte do departamento de arquitetura e urbanismo. Mas eu quero falar enquanto moradora de Ceilândia, já que a professora Alba discorreu muito bem sobre a questão da impermeabilização do solo e também dos impactos negativos no Rio Melchior. O que eu gostaria de perguntar quem são essas empresas que vão estar nesses empreendimentos? Serão microempresas? Serão? Poderão ter acesso as pessoas de Ceilândia a esses é, esses edifícios? Serão moradias populares? Porque uma das justificativas são essas que não conseguiram responder sobre isso. E o parque urbano na verdade, não engloba toda a peculiaridade do Rio Melchior, visto que nós temos há muitos anos que nós fazemos o processo de recuperação do espaço. Não é uma zona urbana vazia, é uma zona que por meio de muita luta vem sendo plantada árvores nativas do cerrado, que, se eu não me engano, não foram consideradas nesse estudo de impacto. É, tem algumas árvores, inclusive, que são tombadas pelo IPHAN como ipê, jacarandá e nós fizemos os plantios desde 2013/2010 e não recebemos nenhum apoio do estado. Esse empreendimento, essa contrapartida que vocês falam também no projeto será em parceria com esses movimentos que já estão presentes no território? É esse é um dos meus questionamentos e outro também é quanto que será investido em relação a recuperação da área degradada e quanto que será investido num projeto de construção dos edifícios? Obrigada.

Senhora Emily Barros (102:16)

Obrigada. Boa noite a todos. Eu me chamo, Emily Barros. Sou nascida e crescida na Ceilândia. Nasci no HRC há 30 anos atrás, no ano de 1994, sou formada pela Universidade de Brasília, me formei nesse mesmo Campos, sou fonoaudióloga. É então essa comunidade de pessoas que se colocam contra esse empreendimento não são pessoas... é muita...em muitos momentos eu vi que tipo, um medo sabe da gente,

das nossas reações, e também uma descrença, da nossa escolaridade, do nosso estudo, da nossa potência aqui contra nessa oposição, dessa ocupação, desses *CMTÉRIO* que é por assim eu chamo, porque assim muitas vidas vão morrer, Muitas árvores, muitas águas. Esse ponto de encontro entre Samambaia, Ceilândia e Taguatinga já existe. Ele se chama Rio Melchior, então é essa narrativa de que temos o inchaço urbano, que a demanda, isso daí são problemas com os quais a gente vem lutando e é um desafio para todo o Distrito Federal, como é para São Paulo e para todos os grandes centros urbanos. E nem por isso a gente acha que uma promessa que é Parque da ARIE JK, que é o Parque da Ceilândia onde eita, caramba, foi mal. Enfim, desculpa, gente, está perdia a linha de pensamento. Mas eu acho que é esse empreendimento, ele não seja a solução, porque ao trazer esse empreendimento esse CMT, eles estão afirmando o que? Que nós que somos da Ceilândia, que nós somos, Taguatinga, que nós somos Samambaia a gente tem que ter uma cidade dormitório, porque é uma cidade onde não tem centros culturais, onde não tem equipamento cultural, onde não tem teatro, onde não tem cinema, onde não tem parque é para mim, é uma cidade dormitório, onde a gente tem que sair para ter acesso a saúde, sair para ter acesso à educação, à empregabilidade. Então, eu acho que isso daí não, não, não é um argumento válido. Isso só reafirma que nós não precisamos desses espaços. O espaço vazio ele nunca existiu. O que existe é um espaço sem investimento, é o espaço e que é subutilizado, é o espaço que não tem uma atenção devida e nossa comunidade ela não precisa disso. A gente precisa de um, de um parque, tal qual Águas Claras, que é uma cidade muito infinitamente mais nova do que a Ceilândia já tem e tem e tem prédio de Águas Claras em cima de nascente, em cima de Rio, tem preenchimento de Águas Claras que está pegando água debaixo de Rio, de nascente, enquanto aqui são um problema hídrico na dentro da Ceilândia. Então isso daí é muito grave. O Rio Melchior ele não é só o Rio Melchior, ele passa e deságua por muitos lugares. Ele acaba lá no la Plata, na Argentina. Vocês têm noção da grandiosidade disso? Um Rio que perpassa por nós e vai até a água Argentina, então isso daqui e agora é usado como esgoto, como despejo. Isso só vai aumentar com essa é qual, com a especulação imobiliária. Então, a gente está sendo engolido. O ecossistema ele está sendo absorvido pela grande pela mão dos porcos capitalistas das corporações. Isso pra mim é uma ECOTECH e só uma tecnologia do ego, é isso que eu vejo, o *CMTÉRIO* uma tecnologia do ego. Porque o que a gente precisa e de parque, a gente precisa de pesque-pague, a gente precisa de um Rio, a gente precisa demonstrar e outra nesse nessa, nesse mapa, nessa, enfim, confusão que mostraram, em momento nenhum eu vi, nenhum centro cultural. E aí eu queria perguntar, onde é que está a cultura? Onde é que está? Onde isso vai abrigar a cultura para Ceilândia? Onde tem um cinema, um teatro que eu não vi, um circo que seja qualquer coisa assim. Como é que a Ceilândia vai ser inserida nisso? Porque para mim pareceu assim, ó, que a gente vai construir um prédio e aqui vai ter uma Pracinha para as crianças, para os filhos dos donos dos apartamentos, desses prédios morarem. E aí a gente vai para uma praça, para uma área de preservação assim. Então onde está a cultura? E pô, e até quando a gente vai ter? Vai ser engolido pelos leões corporativistas, pelas grandes empresas, porque eu sei que não vão ser os microempreendedores pessoais que vão estar vão estar lá, então é isso, encerro minha fala. E não *CMTÉRIO*.

Senhora Natália Almeida (106:33)

Pessoal. Só para esclarecer que....só para esclarecer, com os representantes de associações, entidades, conforme o nosso regulamento, tem 5 minutos de fala, tá OK? Senhora Josina, com a palavra.

Senhora Josina Cardoso (106:57)

Boa noite, pessoal, muito obrigado. Eu sou Josina Cardoso representa o Sindicato das Associações e dos Pequenos Produtores Rurais do DF e do Entorno e estou aqui para colocar a posição dos do sindicato. Primeiro, o sindicato, esse sindicato, compôs o conselho gestor da ARIE JK que de 2015, 2018 e nós nunca tivemos notícia desse projeto para discutir, para falar. Estivemos, fomos pegos, é no final de dezembro de sobressalto, não é, que queriam é de uma hora para outra fazer essa audiência pública para aprovar esse projeto, que a gente não teve conhecimento. Houve uma revolta muito grande do povo. Quase teve um quebra-quebra e houve o adiamento. Passaram para hoje. Eu quero falar sobre o produtor rural. Esse projeto está colocando aí que não interfere em áreas rurais, mas interfere. Existe produtores rurais, chácaras rurais que estão produzindo em áreas urbanas. Há muito tempo. E a Lei 827, de 2010, diz que áreas rurais, produtores rurais que produzem em zona urbana, deve ser regularizado, deve receber seu documento e continuar produzindo na área rural. Então, ele está interferindo para esses produtores. A Lei 6.740 de 2020, aprovada e com o apoio do nosso sindicato, um trabalho muito bem feito na Câmara Legislativa, que trata de regularização fundiária rural, ela complementa a Lei 5.803, de 2017, da mesma matéria. No seu artigo quarto A Parágrafos primeiro, segundo, terceiro, fala que um projeto de obra de interesse público quando interfere na em área rural, ele deve ser alterado, inclusive, na sua extensão, localização e de modo a não

prejudicar a concessão dos produtores. Então, a gente quer que respeite essa lei porque esses produtores, já está faltando alimento. Pouca gente quer trabalhar. Não sai documentos aí gato pingado um pouquinho, um pouquinho e restrição. Então essa lei tá dizendo, então a gente quer esse projeto, se passar, que seja alterado. Seja alterado e não prejudique quem trabalha há 40, 50 anos. Tem gente aí que veio antes de Brasília, entendeu? Tem gente que já morreu e a gente, e os poucos que restaram que ainda insiste em produzir alimento não seja prejudicado e não precisa de outra lei. Respeite a Lei 6.740. Obrigada.

Senhora Natália de Almeida (111:48)

Obrigada.vou Obrigada.Vamos char aqui o senhor Everardo da comunidade, senhor Pedro Lacerda do movimento Motosem, é isso ? Caroline Souza, também da comunidade, senhor Lucas Porto Chaves, da JREDE DF.

Senhor Everardo (112:18)

Boa noite.É, eu vou deixar de falar muita coisa, porque tanto a Paula quanto a Lucia, e, agora a minha colega aqui, já falou coisas que realmente contemplam meu entendimento sobre o que que a audiência pública. Ouvir e aceitar porque alguém falou que, eu acho que foi o Santana que alguém escuta, mas não ouve, não é? Mas é Santana foi embora. É uma pena que ele tenha saído. É uma pena. Porque poderia ficar para ouvir. O meu colega de Taguatinga. Eu sou um pouquinho mais velho do que ele, que eu cheguei em 70 já tem 68 anos. Taguatinga não foi bem assim. Como você falou. Eu estou escrevendo sobre Taguatinga. Taguatinga deixou de crescer à medida que o poder público deixou de compreender o papel de Taguatinga. O túnel, por exemplo, que todo mundo quis, eu participei da primeira audiência, que foi discutir o túnel. Antes, o carro parava em Taguatinga, que ficava ali batendo papo. Agora, o cara passa direto e veio para ser grande. Então Taguatinga morreu por causa disso. Que foi um empreendimento de milhões e milhões. Então é importante a gente conhecer a história, e eu tenho dito pra muita gente, sábado eu falei que as nossas cidades tem alma. Não basta vir, não basta definir com o capital produtivo (?) vai ter que rever certas coisas. Só o capital produtivo não é suficiente para entender a dinâmica que nós estamos vivendo no século 21. E falta confiança. Hoje eu fui lá em Água Quente e falei, e falei com o administrador aqui de Brazlândia por acaso, encontrei aqui durante de Samambaia, me convidaram para ir lá dar uma palestra sobre Água Quente, eu fui lá hoje. A escola e Água Quente no estacionamento, foi feito em cima de uma nascente. Os carros, você sai do carro pisando em lama, porque em cima de uma nascente, o IBRAM no teve coragem de chegar nela, não faz a escola aqui. Porque aqui é o péssimo exemplo. Porque esses meninos que estão aqui, os 600 estudantes, têm, vão ver que não e nascente a gente pode construir, pode fazer estacionamento, botar cimento, não tem problema nenhum não. Nós já temos um exemplo de Águas claras. Nós temos um exemplo de Vicente Pires, nós temos o exemplo do noroeste. Nós temos vários exemplos, então o que falta é confiança. Para ter audiência pública ou de um ouça o outro com atenção falta confiança se não se restabelecer a confiança entre poder público e sociedade fica isso aqui o grito daqui outro grito acolá. Fica uma pessoa dizendo, (?) petista? Que sou contra, nem o PT eu sou. Isso é bobagem. Como é que o cara vai e fala e fala uma bobagem dessa. Estimulando isso, para que isso? Então, se nós queremos a audiência pública, se nós queremos fazer qualquer institucionalidade (30 segundos), vou concluir qualquer aperte, volte a concluir, é pensar as sugestões como deputado Max falou. Passou pela mobilidade, vamos voltar para a mobilidade, vamos conversar sobre a mobilidade, qual impacto ambiental, qual é o impacto, o impacto sonoro que nós vamos ter na região, isso é que a gente tem que fazer. Então eu fico aqui com essas observações. Primeiro que é muito importante que pense a partir de agora, não sou mais, mas que tem como eu falo a Lucília, o pessoal do IBRAM se esforce. Eu também acompanho audiência pública na igreja e faz um esforço grande, mas é preciso que a gente amplie. E foi feito a mais de 10 sugestões aqui, 15 sugestões pela presidente da do comitê de bacias. Nós vamos ouvir isso. Nós estamos dispostos a isso. E eu gostei de pedir o colega aqui, que é da empresa, para ele ter paciência. Não é acelerando, porque é obrigação de impedir a grilagem é do estado. Não é minha e nem de ninguém. Tenha paciência, colega. Você é muito novo para dizer que nós temos que acelerar as coisas, porque acelerar não adianta. Agora, é muito importante, tem a cabeça branca. Cheguei onde eu cheguei chegando, muita gente aqui chegou que você vai entender como a paciência tem muito mais chance de vingar de vencer do que a pressa. Muito obrigado,

Senhora Natália Almeida (166:31)

Obrigada. senhor Pedro Lacerda. Representa MOPOCEM em 5 minutos para a sua intervenção.

Senhor Pedro Lacerda (116:42)

É, eu vou falar em meu nome, não vou falar não. (Então sim, ok, 3) 3 minutos só é o suficiente, é nós. Meu nome é Pedro Lacerda, eu sou professor recém aposentado. Moro na M Norte que por enquanto estou morando em M Norte, que às vezes é Ceilândia, as vezes é Taguatinga. Ninguém existe uma crise de identidade aos moradores da M Norte, mas é isso. E aqui eu estou eu faço parte do movimento é de uma articulação de movimentos e grupos aqui de Taguatinga do recita, de Ceilândia, do MOPOCEM e da frente Rio JK ou do Rio Melchior. Rio Melchior que se articulou. Nós fizemos um seminário na semana passada, seminário muito produtivo. A gente discutiu todas essas questões aqui da ARIE JK, caído Rio, Melchior, né, e depois a gente pode, né, Ivanete, até encaminhar as deliberações do seminário para essa, para você está a gente, depois pode ver isto. E aí nós é, é, eu queria ler o abaixo assinado que nós fizemos, tá correndo abaixo assinado, se alguém da desse plenário concordar com esse abaixo assinado, eu peço que procure aqui o nosso companheiro Luiz para assinar. O abaixo assinado diz assim, nós abaixo assinados presentes à audiência pública sobre CENTRO METROPOLITANO DE TAGUATINGA, no campus UnB Ceilândia, somos contra tal empreendimento imobiliário por entendemos que ele vai impactar uma importante zona de amortecimento, a ARIE JK, uma importante unidade de conservação que desde 1996, formam o corredor ecológico que interliga a cidade de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, região com a maior população do Distrito Federal. Esse abaixo assinado que nós estamos propondo. Esse é o abaixo assinado que a gente gostaria que quem não assinou ainda do plenário, que dessa plena dessa audiência presentes aqui, assine, tá? E aí eu só queria dizer mais uma coisa, eu assinei o abaixo assinado depois que eu vi um rapaz aqui dizendo que naquela região ali só existe braquiária e aí plantas exóticas. Quase que eu retiro o meu nome, quase que eu retiro meu nome do abaixo assinado, mas a gente quando a gente, quem conhece, quem anda por ali. E agora, se existe braquiária, se existe matagal, onde se esconde alguns elementos, que que a gente vai fazer? Nós não vamos recuperar aquela área, como já estou concluindo, como a Larissa e a Cristal falaram aqui que me antecederam. Então, eu me sinto altamente contemplado também com a fala da Alba, da Lucinha que me antecederam também. Eu gostaria de dizer o seguinte, não a esse empreendimento imobiliário, a gente não pode permitir que mais uma área de Brasília, do Distrito Federal seja entregue à especulação imobiliária, seja entregue. Brasília está à venda e a população de Brasília precisa dizer, Brasília não está mais à venda.

Senhora Natália Almeida (119:38)

Obrigada. A senhora Caroline, Caroline Souza, da comunidade. Pode falar.

Senhora Caroline Souza (119:56)

Boa noite, meu nome é Caroline, eu sou estudante, artista, eu tenho uma pergunta, eu queria saber como vocês dessa empresa pretendem preservar a nascente, os lençóis freáticos? Porque é visível que a natureza com contato humano traz poluição e mais consequências, tanto para nascente, para lençol freático quanto para o solo, deixando cada vez mais pobre.

Senhora Natália Almeida (120:30)

Obrigada. Isabelle. Pode responder então, Isabelle, a Caroline? Enquanto isso, eu queria chamar Lucas Porto Chaves, da JREDE, 5 minutos de fala. Roberto Júlio Ferreira, da comunidade 3 minutos. Seu Paulo, acho que movimentou o parque Samambaia, é isso? Está aqui presente Paulo (?) eu não consegui ler. Ah , já foi. OK. Vamos pular.

Senhora Isabelle (121:06)

posso responder? (Pode). Uma das formas de preservar está a nascente é não promover o aterro dela. Também durante a época de chuva, não a fazer nenhum tipo de pavimentação. Então tem que ser feito durante a época de seca. É uma forma também de preservar a nascente para não ter o risco de assoreamento da nascente. O sistema viário, ele vai ser ele, vai ser como, foi readequado, como mostrado anteriormente. Ele não passa em cima da nascente, então ele vai passar lateralmente. Não está... onde está ali o gleissolo, que é a classe de solo úmida. E então são as 2 formas de preservar, é não promover a pavimentação durante a época chuvosa e o aterro também, e para não correr e também não promover o aterro durante o período chuvoso, não é, e também não aterrar nascente. Essas são as formas até para não assorear a nascente.

Senhora Natália Almeida (122:00)

Obrigada, então, Senhor Lucas. Cadê? Cadê a só um minuto? Questão de ordem Caroline. Cadê ela? Estava? Ela estava aqui perguntando. Não era para ver se a pergunta estava respondida adequadamente. Não as outras... Ah, tá ali em cima. Alguma réplica para a resposta? Alguém da ECOTECH para auxiliar aqui na resposta? Eu vou fazer a intervenção. Eu vou passar a palavra para o Josias aqui um minuto. (Qual o nome dela?) Perfeito. As perguntas da Camila. Eu anotei aqui. Só pra recapitular, quais são as empresas que terão acesso a venda dos imóveis que qual é a qualificação desses empreendedores? Ok, eu queria passar então a palavra já pro Josias para responder. Essa questão das empresas e também eventuais complementações para a pergunta da Caroline, por favor, pessoal, eu peço só que aqueles que estiverem escritos, por favor, usem a tribuna para fazer suas contribuições. Tá de forma democrática, organizada, pra gente agilizar o tempo, tá da nossa audiência.

Senhor Josias (123:50)

É com relação a infiltração da água que você falou é feito um cálculo técnico, normatizado pela ADASA, que ele calcula a vazão é antes de antes da ocupação da área. Então é feita uma estimativa de quanto corre, de quanto infiltra é isso com dados técnicos e a partir desse paradigma são calculados dispositivos de infiltração e retenção da cheia. Então são aquelas bacias de contenção, de retenção, bacias de qualidade, para que o material carreado não vai direto para o corpo hídrico e ele tem que ser mantido constantemente pela NOVACAP. Então, aquele resíduo sólido vem, cai naquela bacia de que que a gente chama bacia de qualidade para que não vá pro Rio. E uma parte dele infiltra. Também dentro da área do empreendimento é calculado uma área que tem que ser não pavimentada e não impermeabilizada. Isso depende de fiscalização porque, por exemplo, se a pessoa tem um lote, ela tem que deixar um índice de permeabilidade. A gente sabe que às vezes a pessoa cimenta o lote todo, o que não é o adequado, mas isso é calculado para tentar manter a vazão antes do desenvolvimento. Tem uma norma técnica, tem um estudo técnico que ele está acessível também que foi que foi elaborado pela empresa. Com relação à ocupação do lote. O lote vai ser colocado em licitação pública. O lote vai ser registrada em nome da TERRACAP e colocado em licitação pública. Podem participar pessoas físicas e jurídicas. Agora, quem vai ocupar aí só após a licitação para a gente saber.

Senhora Natália Almeida (125:43)

Obrigada. Josias, vamos dando continuidade. É vamos tentar fazer de forma mais dinâmica, pessoal. Vou já chamando aqui, então senhor Roberto Júlio Ferreira, 3 minutos de fala já foi, né? Stephanie Alves dos Santos, 3 minutos. Felipe Rezende de Oliveira, da RECITA. O senhor Admílson de Melo Silva, da MOPOCEM, também. Nessa ordem por favor.

Senhor Lucas Porto (126:22)

Boa noite, boa noite. Boa noite é meu nome é Lucas chaves ou o Lucas Porto? Eu estou aqui representando a Juventude em Rede do DF e eu nasci em Taguatinga, uma região aqui bem próxima, um, umas 2 décadas e meia atrás e sou graduado em direito, recém graduado. Eu acredito que a construção de um centro metropolitano nessa área que fica entre Taguatinga, Ceilândia, Samambaia que é uma região de amortizamento da urbanização, que é de uma preservação ambiental relevante de um Rio que, como já dito, deságua lá na Argentina. E eu acho que a integração entre as 3 cidades por meio de um centro metropolitano traria ganhos muito menores do que o grande impacto ambiental que seria causado pela implementação desse centro. Os impactos ambientais vão tanto na água, no solo, no clima, na floresta, nas cidades vizinhas, porque quando alagar vai alagar no Sol Nascente, vai largar na Ceilândia. O lixo que vai ser produzido, para onde vai? Qual é o ganho? Quem é que ganha com isso? De quem é o interesse em fazer esse centro metropolitano? Porque é um interesse imobiliário para fazer habitação ou para fazer condomínios de luxo? Se é pelo interesse rodoviário de fazer uma integração de carro de um de um lado para o outro ou interesse, porque aí burguês mesmo de ficar procurando um lugar mais para explorar? Dito isso, é algumas alternativas ao uso desse espaço, é o estabelecimento de um parque puro. Seja apenas um parque, mesmo com toda a preservação ambiental necessária ou para uso de agricultura familiar, que seja, que contemple um uso social do solo ou a própria restauração dessa área intacta mesmo. É o direito a água não pode ser restringido, é de forma alguma e os impactos ambientais são muito graves. Se depender do povo esse ano o Melchior não morre.

Senhora Natália Almeida (128:43)

Obrigada. Gostaria então, de chamar aqui senhor Roberto Júlio, é isso, Roberto já está pronto. Na sequência, Alessandra Betencourt. Seu Roberto, ele representa aqui a Organização Ceilandense 5 minutos.

Senhor Roberto Júlio (129:10)

Então, boa noite a todos e a todos aqui presente. Estou muito feliz em ver esse tanto de liderança, a seleção das lideranças está aqui presente, muita gente aqui de valor, estamos aqui com o nosso secretário e foi ministro Secretário da Igualdade Racial, galera do Ferrock, Casa da natureza. Galera, a gente tem que ter uma saída. Porque aqui do lado, com a vila do CENTRAD. Eles fizeram um laudo acabando com o Rio, com a ARIE JK, com a, com o Rio, não é com a CENTRAD e veio UnB só pegando essa parte. Então, o que que acontece? Essa área aqui, galera, da pista, descendo de Samambaia, aqui ó essa área ela tem 2 minas e essa área é da TERRACAP, então em contrapartida, TERRACAP gostaria que visse essa área com mais carinho para futuramente ser um parque ecológico igual os 3 Meninas daqui da pista nova, aqui ó, até lá na ponte, para nós ter salão comunitário, igual ao Taguaparque tem, tem um ginásio, porque hoje a gente tem... Eu sou produtor cultural, faço vários eventos onde a gente não tem onde colocar o povo, inclusive o onde é o São João do Cerrado, está sendo até ameaçado porque ele está vindo um parque urbano para lá. Então gostaria que a que essa casa que levasse a sério o Leandro Grass e o IPHAN também. Como que nós encontramos fósseis de 9.000 anos e ninguém fala nesse assunto meu? Por que que a Católica pegou e levou esses fósseis? Porque o IPHAN, IBRAM não vai lá, busca, faz um parque ecológico nessa área que que estou falando e dentro dessa área faz uma construção do museu ecológico do dentro do parque americano do museu do homem americano que foram um dos primeiros que vieram para cá, meu irmão. Então assim, vamos ter uma contrapartida, ninguém aqui tá, assim, de conta que não vai fazer se for fazer, mas faça mais, pensa, vamos discutir aqui a cidade que queremos morar porque eu estou cansado de pegar o metrô para ir para Águas Claras, estou cansado de lá para o Parque da Cidade. Então, assim, todo mundo que está aqui é a favor de um parque ecológico. E é inadmissível Ceilândia não ter o parque ecológico e esse legado a gente vai cobrar até o fim, porque o impacto de mobilidade, por exemplo, não foi feito. Quebra um ônibus aqui em frente ao UnB, eu moro aqui há 43 anos na 26, a nossa diversão foi encerrada aqui nós conhece ele na Palma da mão, então quebra o ônibus para o trânsito aqui, como é que vai ficar a mobilidade lá que não foi feita um para ver como é que vai ser o impacto lá de da mobilidade igual Max não fez? Então a gente a gente quer ser ouvido, quer ver uma contrapartida. Ver o CENTRAD. Qual foi a contrapartida do CENTRAD de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia. Nenhuma. Hoje eu estou muito feliz que eu estou vendo vários chacareiros aqui que na época a gente ia buscar taleta, eles já estavam lutando. E quando fala em regularização é obrigação do governo regularizar esse povo tá ali, ó Onoyama presente vários presentes aqui. Será que vai esperar esse povo morrer para entregar uma escritora com dignidade? É isso aí, galera. Muito obrigado pelas palavras. Me sinto muito bem representado por todos que está aqui. E se preciso for, a gente faz manifestação nessa pista nova e para a cidade, a gente consegue parar a Brasília porque é nós que faz o plano funcionar. Meu irmão, é nós que acorda cedo. É o porteiro. O porteiro é daqui da cidade. Bom, agora vai fazer um empreendimento. Quem vai ser beneficiado? Pode ter certeza que a maioria vai, se servidores do CENTRAD, que a gente também não é contra, mas a gente é contra, é contra a ser atropelado e nós queremos qualidade de vida. O cerrado está aí meu, Melchior meu, que está aí nível 4, porque o IBRAM não vai lá e desclassifica esse Rio para gente limpar, porque a gente já tomou muito, muito banho nessas cachoeiras aí para baixo. Então, a gente não está querendo muita coisa, não, a gente só quer qualidade de vida pessoal. Vamos lutar por isso e vamos deixar esse legado. Que esse legado é nosso obrigado. E desculpa se eu falei demais.

Senhora Natália Almeida (133:30)

Usou o tempo certinho. Obrigada. Vamos lá, Alessandra. Alessandro, o senhor quer fazer uso da palavra? O senhor tá inscrito? O senhor tá inscrito? Fica à vontade para fazer uso da palavra, tá só se inscrever aqui, está bom? Obrigada. Pessoal na sequência, então, Alessandra Bittencourt, depois Estefânio Alves dos Santos ele representa, é Sociedade Civil. Então, 3 minutos, o senhor Felipe Rezende de Oliveira. Também da RECITA, 5 minutos, Alessandra.

Senhora Alessandra Bittencourt (134:06)

Vou ser bem breve. Meu nome é Alessandra Bittencourt. Sou arquiteta e urbanista, servidora do GDF há quase 30 anos. Entrei no mesmo concurso que Renato Santana. Trabalhamos juntos na Administração de Ceilândia, mais especialista em direito ambiental e urbanístico pela Fundação Ministério público do Distrito

Federal e do Rio Grande do Sul. Eu gostaria de deixar aqui uma reflexão ouvindo as falas de toda a comunidade ficou muito claro que a gente precisa ter um ponto de controle, um contrassenso, sabe? Existe um contrassenso na fala, nas nossas falas e a gente precisa ser mais objetivo e assertivo. A sociedade, como servidora pública, eu vou falar como moradora, tá? Como moradora de Taguatinga, 48 anos, nasci e cresci aqui e vejo a questão do CMT como algo positivo para Taguatinga, positivo para cidades dentro de um aspecto amplo, e não apenas é tratando um recorte, como está sendo colocado um recorte imobiliário. Como servidora, a gente recebe o tempo todo demandas da sociedade das mais diversas, as mais diversas demandas sobre equipamento público, mobiliário urbano, sobre espaços de lazer, áreas de lazer e aí, a hora que você propõe algo que vai, é de encontro com os interesses, com esses interesses de equipamentos, de infraestrutura urbana, é para a sociedade, a sociedade se mobiliza contra. A gente sabe que existe uma diversidade de pensamentos e a gente está num estado laico, e a gente precisa respeitar democrático, né? E a gente precisa respeitar. A gente precisa respeitar, respeitar a fala, isso ao (Natália: pessoal vamos preservar o direito de cada um se manifestar aqui, por favor) o direito de cada um de se manifestar e de pensar. Como eu disse, como eu disse, eu sou arquiteta e urbanista falo com propriedade, falo com propriedade acadêmica, falo com propriedade acadêmica, assim como outros colegas falaram aqui as professoras da UnB, os representantes de águas do território, da questão de águas. Falo com propriedade dentro da minha área de atuação. Muitos dos que estão aqui estudaram. Eu ouvir a fala de uma das pessoas que estiveram aqui falando que estudou aqui na UnB. Eu estava na Administração de Ceilândia, com Renato Santana, quando a gente surgiu a necessidade de implantar uma unidade da UnB aqui em Ceilândia para descentralizar, para dar oportunidade para os moradores de Ceilândia e Taguatinga dessas regiões estudarem (Natália: 30 segundos) muitos fizeram uso disso. Muitos fizeram uso da UnB aqui. Hoje é uma realidade. As cidades, elas são dinâmicas. Planejar o território é como vestir, cobrir com uma coberta curta, você tampa a cabeça de tampa, os pés. A gente precisa de um meio termo, está nem tanto céu, nem tanta Terra. E eu queria que vocês levassem em consideração sobretudo o currículo dos profissionais que estão. Se existe um órgão mais criterioso, se existe um órgão mais criterioso do que os órgãos ambientais, eu desconheço, até para liberar uma obra pública de interesse comum, drenagem pluvial, a gente esbarra nos órgãos ambientais, que trabalham com afinco, com responsabilidade defendendo os interesses sociais. Então, se existe uma equipe técnica do poder público trabalhando, que seja levado em consideração o currículo desses profissionais.

Senhora Natália Almeida (137:54)

Obrigada. Pessoal, por favor, pessoal. Pessoal, peço mais uma vez que mantenham a ordem, o respeito, enquanto outras pessoas estiverem falando, independente da sua posição, independente da sua opinião. Esse espaço aqui é democrático, é livre, enfim, para a manifestação de quaisquer ideias, vamos respeitar e assim seremos também respeitados. Obrigado. A Ceilândia, está falando, é Samambaia, a Serrinha do Paranoá, o Governo, o particular. Pessoal, por favor, vou chamar aqui. Então, senhor Estefânio está pronto? Onde está, não está? Seu Felipe Rezende de Oliveira, da RECITA Na sequência, o seu Edmilson de Melo e Silva. Também MOPOCEM em 5 minutos, seu Francisco. Seu Francisco da ELFAVE. Está aqui? Pode falar?

Senhor Felipe (139:04)

Boa noite. Meu nome é Felipe. Eu represento a Rede Cidadã de Taguatinga, que é uma associação comunitária que está organizada em conjunto com outros movimentos, populares aqui, participando do seminário, participando dessa mobilização. É, eu tenho algumas perguntas objetivas. É neste folheto que eu achei bem interessante. É a Rodoviária de Taguatinga parece que está no mesmo lugar, sendo que ela foi movida para lá provisoriamente pela construção do CENTRAD de estar em um lugar totalmente é improvisado. Eu queria saber se há algum plano dentro desse projeto da Rodoviária local para um local melhor, porque atualmente ele está num péssimo local? O CENTRAD em si eu vi poucas menções a ele aqui, sendo que eu acho que ele é de Extrema importância. Eu acho que primeiro, a gente tinha que falar do CENTRAD de antes de falar desse novo bairro, porque o CENTRAD de já está construído. O CENTRAD não foi ocupado há mais de 10 anos e eu acho que primeiro ocupasse o CENTRAD para depois a gente falar de outras coisas. É porque qual é a credibilidade de se falar que vai fazer o novo empreendimento? O empreendimento que existe construído há 10 anos, não é ocupado. Então eu acho que primeiro ocupa-se o CENTRAD para depois fazer esse tipo de discussão, porque se não é como se estivéssemos fazendo uma compra casada, temos que aprovar isso para ter o CENTRAD, o CENTRAD de unanimidade. Todo mundo quer que ocupe CENTRAD fizemos para reunião do PDOT, isso foi unanimidade. Todo aquilo ali é uma é um descaso com a nossa cidade, que teve aquele elefante branco degradando a olhos vistos, então assim compra casada tem que aprovar isso para termos CENTRAD? É só uma pergunta que eu faço, CENTRAD

já está construído. É, é uma compra casada? Essa é uma pergunta que eu faço. Outra pergunta que eu faço é, é, certamente o GDF tem, tem técnicos muito bons, é com muita qualidade, mas eu diria que a fala da presidente do Comitê de Bacias foi muito forte, no sentido de que ela apresentou diversos pontos técnicos, em de que esse estudo falhou, resoluções da ADASA que foram, é já tinham, é, é, não, não estão mais vigorando, porque estão desatualizadas há vários anos, se não me engano, uma a mais de 20 anos já havia sido revogada. Então é uma outra pergunta que eu faço é que a ECOTECH é, é foi uma empresa que foi paga para fazer esse estudo? E a pergunta é, quanto a ECOTECH foi paga para fazer este estudo? Minha outra pergunta. É sobre uma coisa relativa ao que a Larissa falou mesmo, que ela não é desculpa que eu anotei aqui, é, eu acho que a comunidade também está vindo aqui, com tantas coisas para falar assim, com tanta coisa entalada é porque acho que (?) que essa audiência pública já havia sido marcada no dia 29/11/2023 e aquela audiência pública, ela foi muito insuficiente, não havia autoridades, não haviam, tanto é que ela foi remarçada, por pressão popular. Então, se estamos aqui hoje, temos é, e as pessoas estão com esse pé atrás é porque sentiu naquele momento que não havia um clima de discussão que estamos tendo agora, pelo menos. Esse clima de discussão também pode ser fomentado de diversas outras maneiras. Estamos audiência pública, muito bom, mas existem outras formas fóruns perenes de discussão que deveriam existir nas cidades, cito aqui, por exemplo, as COMDEMAS. COMDEMA de Taguatinga não foi constituída. A COMDEMA de Taguatinga, que é a Comissão de Defesa do Meio Ambiente de Taguatinga. Ela poderia ser um fórum de discussão dessas questões. O Conselho Local de Crédito Urbano também, que é um conselho previsto no PDOT, que não está constituído, se eu não me engano em nenhuma RA. E o mais importante, eu acho o Conselho Gestor da ARIE JK. Conselho gestor também, não atuante, inoperante. Então o conselho que é de responsabilidade do IBRAM constituir. Então eu acho que é dentro dessas discussões que um gesto de boa fé que o Governo poderia fazer a constituir todos esses fóruns de discussão para que esses empreendimentos fossem discutidos no seio da sociedade, não só nesse ambiente que tem, é um pouco engessado, né? E tal, né? Outra coisa. Essa agora é relacionado ao que a Larissa, falou sobre o interesse social dessas habitações. Esse folder mesmo que me lembrou muito algo do Noroeste, uma coisa assim, um pouco mais talvez elitizada, né? E justamente é, esses imóveis seriam para a população local ou tem risco já correr e isso pode acontecer? Isso uma coisa negativa. Espero que todos aqui concordamos com isso. Então, existe no DF uma legislação que é o plano distrital de habitação de interesse social, que é o PLANDIS. (um minuto), estão definidas a áreas zonas de habitação de interesse social, que se relaciona diversas características das edificações, como é financiamento, o tipo de edificação, porque se for construído, duplex, triplex e suíte de 4 quartos, realmente vai ocorrer um processo de identificação. Então, é uma proposta que eu faço é de que a zona, não é, o projeto inclua, esteja incluído dentro das zonas de interesse social do PLANDIS que é um (30 segundos), próprio governo para habitação de interesse social considerando que há um déficit muito grande de habitação nessa região. Só isso, obrigado.

Senhora Natália Almeida (144:08)

Obrigada. Se Edmilson? Seu Edmilson. Está bom. Tranquilo. Boa noite, pessoal. Pode? Pode. Só depois da fala da senhora a gente vai fazer os esclarecimentos das últimas perguntas que foram feitas, tá.

Senhora Ivanete (144:59)

Boa noite, pessoal, meu nome é Ivanete, eu sou uma formiguinha aqui em Ceilândia. Eu sou moradora do P Norte e sou do Movimento Ambiental de Ceilândia. Hoje estou como MOPOCEM. Por quê? Porque o MOPOCEM é um Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor. E quando nós ficamos sabendo desse empreendimento, nós juntamos todos os movimentos, não só social, como social, cultural e etc., para dizer não a esse empreendimento, por quê? como moradora de Ceilândia, como formiguinha da Ceilândia e arquiteta já foi? Já. Arquiteta, essa fala seria mais para esclarecer. Nós não somos contra o progresso, muito pelo contrário, mas nós estamos cansados. Já estourou a bolha do crescimento, sem desenvolvimento sustentável, galera, não dá pra ver o Melchior morrer e a gente não fazer nada. Qual é a alternativa sustentável que o empreendimento tem para o Rio Melchior? Jogar (?) lá dentro de 45.000 pessoas? Isso não é alternativa sustentável. Fazer bolsão dizendo que é bacia de contenção. Vocês já viram o índice da dengue no Sol Nascente? As pessoas lá sabem onde eles estão sendo tratados em tendas no maior calor. Quem pegou dengue aí sabe os sintomas. Quem sabe aqueles a bacia de contenção, que foi muito planejada virou um piscinão de criadouro para o mosquito da dengue. Dá para melhorar? Dá. Dá para melhorar os bolsões de água com alternativa sustentável com soluções baseadas na natureza. Nós somos do MOPOCEM e a discussão de brigar, de lutar está aqui em Ceilândia. Hoje, nós é unimos com Taguatinga, com Samambaia, com Sol Nascente por que, ao invés de vir um empreendimento, por que não criar um corredor ecológico de verdade? Porque não fortalecer os produtores rurais, que há mais de 50 anos lutam. Quando a gente acorda, quando o plano piloto começa a andar, eles já distribuíram o pão, leite, frutas. E o

empreendimento fala deles? Então, nós vamos regularizar as terras dos produtores rurais, regularizar, como regularizaram quando veio o Centro Administrativo que expulsou, que disse que pagar uma indenização, e agora nada? Então, nós não somos contra o progresso. Volto a dizer também, eu não sou tão fã do Roberto Carlos, viu? É porque a gente tem que pensar sim na sustentabilidade. E esse grupo que ficou aí, xaropando vocês, é porque nós estamos pensando nas próximas gerações. Vocês já esqueceram da crise hídrica que teve em 2016. Não esqueci não porque foi Ceilândia, Ceilândia, que ficou com a bacia comprometida, mas lá no Lago, correram e foram transformar o Lago Paranoá numa distribuição de água. Uai, água para vocês é mercadoria? Para nós é direito humano. E aí, por que que lá para o Plano? Plano pode. Lá pro plano, eles pegam um lago artificial e começa a distribuir água, aqui para Ceilândia. Querem matar o Rio Melchior? Ah, Eu vou recuperar. A empresa falou que vai recuperar nascente, impermeabilizando em volta dela? É isso que dá? Então, ó, quais são as prevenções de risco que esse projeto trouxe para a nossa cidade? Fizeram a análise de prevenção, de risco. Não fizeram, fizeram o quê? Qual alternativa sustentável vai fazer igual noroeste? Isso (um minuto) as pessoas e ilhar. Vocês vão ilhar a gente. Certo. Tem que fazer políticas públicas, sim, para habitação, tanto para os trabalhadores e trabalhadoras de nossa cidade, respeitando os o meio ambiente, porque nós precisamos de água, nós precisamos de alimento, nós precisamos de vida, não adianta vocês tentarem passar de goela abaixo o empreendimento, detalhes, a terra foi ou não foi vendida? (30 segundos) a Terra foi ou não foi vendida? É essa pergunta.

Senhora Natália Almeida (149:46)

Obrigada. Seu Francisco da Silva, da ELFAV está presente? Não. Tá já. Então já queria. Enquanto o pessoal tá descendo, vou chamar, vou respondendo. Então, senhor Igor Rodrigues Gonçalves PT Taguatinga. Davi Silva Fagundes da Agenda 21 de Taguatinga. Alzirene Carvalho, da sociedade civil, 5 minutos, 5 minutos e 3 minutos. Bom, temos aqui. A pergunta é para a TERRACAP. Josias, quais esclarecimentos em relação ao CENTRAD, por exemplo, qual a dúvida do seu Felipe foi no sentido de qual é o problema hoje que o CENTRAD de não estar operando e quais as dificuldades para fazê-la operar e funcionar antes mesmo do CMT ser implantado?

Senhor Josias (150:56)

Bom, o CENTRAD de ele foi, ele foi alvo de uma de uma parceria que foi desfeita e ele está com embrólio jurídico aí. O Governador desfez essa parceria então, é assim, a questão jurídica também que está sendo resolvida. E esse projeto é autônomo do CENTRAD. Concordo que ele deveria ser ocupado porque ele traz o desenvolvimento conjunto. Com relação às áreas públicas e as áreas é de esporte e de lazer. O projeto prevê áreas públicas que são destinadas ao GDF para implantação dos projetos. Então a TERRACAP ela não faz os prédios, ela não faz, ela registra o lote e vende. Uma parte desses lotes é revertido para o GDF, para a criação de espaços públicos. Então, tem espaço para creche, tem espaço para hospital, tem espaço para a delegacia, tem espaço para lazer, para a cultura. Agora, quem vai destinar isso é o Governo, não a TERRACAP. A outra, a outra questão era. Ah, sim, o estudo de tráfego. O impacto foi calculado, então dentro desse contrato que foi feito a contratada, ela partiu da matriz de transporte do metrô, que foi no âmbito do plano nacional de do é do plano de transporte sobre trilhos, que simulou a rede de todo o Distrito Federal. E aí esse empreendimento é colocado nessa rede, o tráfego é gerado e calculado o impacto. E esse impacto é traduzido em números e dentro de uma macro simulação que você vê volumes horários e de uma micro simulação, aqui é um programa de computador que ponha os carros para rodar, ver os impactos. A partir desses impactos, ele propõe melhorias e roda de novo para ver como que aquilo é está sendo resolvido. Esse projeto, tem que ser aprovado perante o DER, perante o Detran. Então, não é que não, não está sendo calculado. Acho que alguém disse que não, que não foi avaliado, está sendo ainda. Esse não é o resultado final. Lógico que a gente tem que submeter aos órgãos de controle, como submete ao IBRAM que vai dar a palavra final com relação ao licenciamento ambiental, DER também e o Detran vão dar a palavra final com relação ao tráfego, não é. A Rodoviária? Alguém podia me ajudar aí? Bianca, ou eu não sei, eu não sei da Rodoviária, não, eu não conheço o projeto de urbanismo a fundo para...

Senhora Natália Almeida (154:31)

Só esclarecimento aqui em relação ao conselho gestor da ARIE JK.

Voz de Mulher (154:40)

A gente já está no processo de reativação do conselho, para a gente é muito importante que a gente tenha esses momentos, esse espaço participativo na gestão das unidades de conservação. A gente já fez a

reativação do conselho do parque ecológico Burle Max, da (?) Cabeça de Veado. Nós publicamos hoje também o decreto dos conselhos dos Mosaicos de Sobradinho e da região de Sobradinho da FERCAL e agora, nossa próxima etapa ARIE JK, que já estava finalizando todos a parte mais administrativa para a reativação do conselho e também APA do Lago Paranoá.

Senhora Natália Almeida (155:05)

Ações o COMDEMA é junto as administrações regionais, se alguém que estiver do governo aqui para fazer algum esclarecimento e que souber, será muito bem-vindo.

Voz de Mulher (155:20)

Mas a gente também é, em nome do presidente Roney, posso dizer que a gente tenha apoiado bastante as administrações regionais para a criação das COMDEMAS. Inclusive, a gente fez uma solicitação para o Instituto Arvoredo para fazer uma parceria para fazer a capacitação das pessoas que querem participar do das comissões, porque a gente sabe que é um tempo, é um serviço voluntário e que é muito importante que todos tenham um embasamento para poder estar ali discutindo ações tão importantes.

Senhora Natália Almeida (154:50)

Pessoal, vamos seguir a ordem aqui, então, por favor.

Voz de Mulher (155:32)

Então, com relação à questão da criação de uma nova unidade de conservação. A gente sempre preza muito pela criação de unidades de conservação dentro da esfera do Distrito Federal. A gente tem, eu não sei se é do conhecimento de todos dentro do sistema distrital (?) de conservação, nós temos 5 categorias de unidades do grupo de proteção integral e 6 categorias de uso sustentável. Além disso, a gente tem uma categoria, uma classificação de parque urbano. Os parques urbanos eles não são unidades de conservação, mas eles são áreas de grande relevância, que são áreas de recarga, são áreas de reflorestamento, são áreas de muito mais, múltiplos usos de cultura, de lazer, partes históricas, patrimoniais e que recebem vários tipos de ações e são muito necessárias para arborização e para o espaço, mesmo livre de uso público de todas as Ras. Essas áreas elas são pra gente, elas têm uma grande importância, mas elas não são consideradas unidades de conservação. Para gente criar uma categoria de unidade de conservação, nós precisamos ter todos os atributos relevantes que sejam necessários para proteção naquela área especificamente. Então assim, nesse espaço, por exemplo, que a gente está propondo dentro do CMT, existem áreas de parques urbanos que é exatamente para contemplar tudo o que vocês estão dizendo aqui que vocês querem nessas áreas de anfiteatros, de áreas de cultura, espaços de museus tudo isso pode ser muito bem é contemplado dentro dos parques urbanos. Os parques ecológicos eles são, podem ter áreas de cultura e de lazer, sim, é incentivada a visitação, mas é incentivada uma visitação ordenada, que seja voltada para uma recriação de contato harmônico com a natureza e de baixo, preferencialmente, atividades de baixo impacto. Então, é importante que a gente defina bem o tipo de unidade que vocês querem. E a gente está disposto, aberto, a gente discutir isso tudo der certo. A gente reativa esse conselho, já discute tudo isso do conselho. O Parque Coruja que está dizendo? O Parque Coruja, ele é parque urbano também hoje, que também é da Ceilândia.

Senhora Natália Almeida (158:18)

Pessoal, vamos seguir então a agenda de fala. Peço que a cada um aguarde o seu momento. Vamos dando sequência aqui chamando o seu Francisco da Silva (?). Não está? Qual? Qual? Qual pergunta? Certo? TERRACAP, por favor, algum esclarecimento em relação ao contrato. Passo a palavra, então, a TERRACAP para prestar os esclarecimentos adicionais, por favor.

Voz de homem (159:04)

Alguém pode me ajudar aí com relação ao contrato? Qual o valor do contrato da ECOTECH? Contrato. Magno me ajuda aí com o valor do contrato. Não, mas pergunta, é uma pessoa da ECOTECH? A gente não sabe tudo o valor... professor, não é? A gente não sabe tudo de cabeça. O contrato está disponível, eu vou. Eu vou me comprometer aqui a pesquisar qual foi o valor do contrato. A licitação, é pública. Ela está no site

da TERRACAP, não é, vocês podem pedir o valor é pelo site da TERRACAP, que será divulgado. Eu não sei de cabeça, não tenho como saber todos os contratos da TERRACAP.

Voz de Homem 2 (160:27)

Pessoal, olha só, vamos lá. Ninguém tem esses dados de cabeça e escuta, vamos escutar, né? Vamos escutar. Acho que é importante. Olha só, é essa informação sobre valores de contrato. Isso, por força de lei, está no site da TERRACAP. Lá tem lá edital, licitação, os valores estão lá. Esse valor o presidente da TERRACAP se ele estivesse aqui, ele não teria de cabeça gente. Assim, eu acho que a gente está desviando o foco, está legal a discussão, foi dito muita coisa relevante aqui. IBRAM junto com o restante do governo, veio para ouvir. Tem pergunta que não tem resposta porque esse não é o fórum da resposta, entendeu? Já tem outras. À medida do possível que a gente vai, a gente tem tempo para cumprir audiência pública, né? Então, a medida que que é possível responder isso com segurança sem correr o risco de errar na informação, isso vai ser respondido, mas as informações que são públicas, como valores de contrato, está no site da TERRACAP. Então assim, e outra coisa, e outra coisa, qualquer arguição, vocês que estão membros aí, o senhor e a senhora são membros de associações, sabem que essas informações elas não só não podem ser, é negada, como elas podem ser pedidas oficialmente por escrito, por meio de ofício. Assim vamos, vamos voltar para o foco aqui, para a gente poder. Então, está saudável, está bacana. O fórum para discutir é se quer ou não quer, que condição, que que é o eu (?) por favor, tá bom. Você pode discutir, é? Se vai ter que tipo de ocupação vai acontecer? É aqui, está bom. As outras coisas a gente vai discutindo dentro da estrutura do governo, tá bom?

Senhora Natália Almeida (162:58)

Obrigada. Não pessoal. O foco aqui é a pergunta. Foi sobre o estudo ambiental. Não, não houve alienação de nenhuma parte do empreendimento. Ainda não é possível fazer isso juridicamente. Vou pedir, então, que mantenhamos o foco no projeto, em relação à parte ambiental, sobretudo, que é onde o Brasília Ambiental aqui hoje veio trazer esclarecimentos a todos. Eu peço desculpas antecipadamente pro senhor Joeliano porque eu li Estefânio várias vezes, mas chamei você umas 10 vezes. Estefânio, vem cá para a gente para fazer uso da palavra aqui na tribuna. E depois? Igor Rodrigues. David Silva. Alzirenio.

Senhor Joeliano Alves (163:29)

Boa noite a todos. Me chamo Joeliano Alves, conhecido na comunidade como Lano, eu sou brigada Florestal do ICMBIO, mais especificamente da APA do Planalto Central, mas estou aqui hoje para representar a pasta do meio ambiente da organização Ceilandês. Sou nascido e crescido no P Sul. É já foi especificado aqui que nós não temos um parque. Nós não temos um teatro, nós não temos um cinema, mas independente disso, nós crescemos até aqui, tivemos nossos momentos de lazer e diversão que foi no meio da rua e principalmente nesse cerradão verde aqui. Tanto daqui de cima até a parte lá de baixo, eu conheço todos os córregos. Foi ali onde eu cresci, ali onde eu me divertir com meus amigos e assim acredito que uma boa parte de todos que estão aqui realmente já passaram já tiveram a mesma experiência que eu tive. É um ressalto quanto a convocação da audiência pública. A audiência foi convocada, é não foi passado para todos, assim, de uma maneira clara marcar uma data, e depois adiaram, adiaram, não anteciparam a data de última hora, tipo sabe quando os deputados aprovam, quando os deputados aprovaram na madrugada, na calada da noite, uma PL, pareceu, soou como assim para a gente. Então, de certa maneira, a gente avisa como uma falta de respeito das instituições. É o seguinte, um outro ponto a ser considerado que não foi falado, é. Todo mundo acha que hoje em dia o bioma que está sendo mais degradado a Amazônia não é, o cerrado. Nos últimos 4 anos, o cerrado está sendo destruído. E um pedacinho um após o outro. A gente já teve uma parte aqui tomada pelo PRÓ DF. A gente teve uma parte tomada pelo Pôr do Sol. A gente teve uma parte tomada pelo Sol Nascente e a mancha verde, que é o cinturão ecológico é o cinturão que a ARIE JK está sendo comida aos poucos, não é? E eu acho que todo mundo não está levando em consideração isso. Eu acho que é uma especulação imobiliária, sim, acredito que uma boa parte de quem defende é esse empreendimento, já tem a sua casa e eu acredito que quer comprar outra, se não tem existem programas de habitação, existe CODAB, existem várias outras regiões aí que tem apartamentos e casa disponível para comprar. Acho que não está sendo colocado em prática mesmo a questão da conservação ambiental. É a nossa querida moça que falou que, pelo estudo deles, nós não utilizamos a área. É independentemente do IBRAM estabelecer se é um parque ou não cercar, colocar a estrutura, equipamento nós já consideramos como um parque, porque nós utilizamos a área como parque. Lá existe atrás da antiga academia de polícia existe o palco CT, que é um centro de treinamento para os bikers. Inclusive, lá já aconteceu diversos campeonatos de esfera nacional e com atletas até de fora. Inclusive, mês, semana passada teve um

campeonato lá tem o Leos Bike, sabe que tem o Neném que fazem manutenção do circuito. Eu fui lá, fiz um dos circuitos recentemente. Nós estamos trabalhando em parceria e com algumas instituições, quanto tempo e nós vamos estabelecer também um braço da trilha. O CPC, é o órgão, é uma instituição que regulamenta toda a questão das trilhas. A gente tem um arco união, que é uma trilha que começa do Lago Sul, passa pelo Parque Nacional, passa pela Floresta Nacional e a gente vai dar continuidade até chegar no caminho dos goiases. E vamos trazer um braço do Rio Melchior até a continuação da trilha com propósito justamente de preservação do Rio Melchior, preservação daquela área, entendeu? Porque com a atividade de trilhas nós mesmos vamos ser os fiscais, você está entendendo? É (um minuto). Quanto a compensação ambiental, para mim não existe compensação ambiental nenhuma. Essa proposta do parque já existe há anos e o IBRAM nunca, nunca procurou a comunidade para estabelecer o parque. Aí agora que tem um interesse financeiro por parte da TERRACAP aí o IBRAM se resolveu se unir a TERRACAP parece que é um conglomerado, não é? Seguinte, compensação ambiental, para mim, é. Quando você pega uma área devastada, você vai lá, planta, você faz uma fiscalização da área. Agora o IBRAM falar que, em contrapartida, vai construir um parque. Para mim, isso não é contrapartida, porque a gente já utiliza a área como parque. (20 segundos). Quanto à nossa querida, que também falou que lá teria animais que transmitiriam doença naquela área onde vai ser construída a cidade primeiro. A casa é deles, não é nossa. Agradeço a todos. Obrigado, boa noite.

Senhora Natália Almeida

Obrigada. Igor, é isso? Isso e o senhor Davi, na sequência, o Davi está por aí? Não. Na sequência, a Alzireno.

Senhor Igor Gonçalves (168:01)

Boa noite, gente. Me chamo Igor Gonçalves, estou aqui, faz parte do PT de Taguatinga e também estou no gabinete do deputado distrital Gabriel Magno. E a partir da provocação da sociedade civil do MOPOCEM a gente, começou a fazer o encontro que entre esses encontros resultou essa audiência pública aqui foi muito rica mesmo em contribuições, inclusive, essa contribuição anterior para colocar no texto substituir, que não é um local que não está sendo utilizado, essa é utilizado pela comunidade local. E desde então, a gente veio fazendo algumas reuniões, algumas atividades, como um piquenique, um abraço ao redor do CENTRAD e também o seminário no sábado passado, que foi muito rico. Nesse seminário, eu entendi que essa audiência, na verdade, é para ampliação de loteamentos que já estão acordados nessa poligonal que está sendo aqui apresentado. O que já existe essa região do CENTRAD e que vai até mais ou menos aquela parte da CAESB, que é o que está no PDOT de 92, e então de uma algumas manobras que foram feitas nos últimos anos, foi é liberado um novo projeto, que é um projeto de expansão dessa área de urbanização, que é o que a gente está debatendo aqui hoje no primeiro momento, que é esse momento de licença de instalação, então parabéns demais para a comunidade que está se mobilizando, conseguiu derrubar a última audiência pública estava sendo formado, meio que nas escusas, e tal. E não tinha, não teve divulgação, fez o seminário estamos aqui hoje. O que acontece? O conflito, pelo que eu entendi, é, entre a expansão do empreendimento imobiliário e o interesse histórico da comunidade Ceilândia de ter um parque ecológico aqui na nossa cidade. Eu sou de Taguatinga, mas já dizendo aqui porque nessa poligonal. E assim é o conflito direto porque quando eu leio o plano de manejo da ARIE JK a nas diretrizes que é para o IBRAM, não, não fomentar uma nova unidade de conservação na ARIE JK. E eu quero reforçar também o que o camarada falou na abertura dessa mesa, que é a necessidade de garantir a titulação dos agricultores e agricultoras que estão na ARIE JK desde a década de 50, eles vieram para cá convite do JK, produzir alimentos para nossa, para a população como um todo. E é muito triste mesmo alguém foi repetido que é muito triste que ainda hoje as pessoas não têm na titulação. E assim como é que a gente vai fazer um parque ecológico dentro da ARIE JK sendo que os chacareiros já estão lá? Então, o espaço que sobrou é justamente esse espaço que na figura 31 do projeto, ela apresenta áreas mais e menos degradadas e a região que é menos degradada é justamente essa que pega abaixo da UnB da Ceilândia, e vai até mais ou menos a CEB a essa instalação da CEB que é justamente uma área ideal para implementação do parque ecológico Ceilândia. E esse parque ecológico vai pegar nessa região o interesse da ARIE JK, criar essa zona de amortecimento e além de oferecer um espaço de lazer que é que nem foi comentado pô a galera não quer mais ir para o Plano Piloto ou ir para Águas Claras para curtir um lazer. É necessário um parque aqui na Ceilândia, o parque que seja bonito como, por exemplo, isso aqui não é bonito, a galera não quer um parque urbano desse tamanho, a Ceilândia merece algo muito maior do que isso. Então a luta está muito localizada para salvar o sonho de ter um parque ecológico que na Ceilândia e como foi comentado, também é muito estranho, como que uma região tão próxima assim de uma unidade de conservação, o que acontece é a TERRACAP enviar para o IBRAM o processo de ampliar urbanização, e não a ideia que a sociedade do

século 21 está demandando, que é a maior integração com a natureza. A gente precisa atualizar o nosso conceito de desenvolvimento, né? Só mais esse desenvolvimento que vai dar lucro para algumas pessoas e a grande parcela da população vai ficar como? Só olhando os prédios. Assim, eu acho que com a qualidade dessa audiência de hoje, tem alguns erros técnicos que foram apresentados. Como há um plano hídrico da nessa região hidrográfica que é de 2020. A atualização do novo censo do IBGE e tem algumas resoluções da das que precisam estar atualizadas. E a questão do lutar (um minuto) o ZEE também precisa estar atualizado. Eu pergunto se vai haver ou atualização do estudo, a publicação de um novo relatório e então uma nova audiência de instalação, para a gente poder estar participando de novo, com outras propostas e, principalmente, com a nossa luta pela titulação dos chacareiros, ARIE JK, implementação do parque ecológico e também a implementação do plano de maneiras da ARIE JK, de 2021, que é muito interessante em seu zoneamento, nas suas diretrizes, e que é importantíssimo para o cerrado, para as águas e para toda a comunidade esse corredor ecológico que vai da ARIE JK, APA do Planalto central. E não era mais ou menos isso que eu queria contribuir aqui na no debate.

Senhora Natália Almeida (173:02)

Obrigada. Vou aproveitar para respondendo o Igor. É todas as contribuições que foram recebidas aqui, seja oralmente, seja por escrito. Elas são primeiramente registradas no processo em ata. Depois disso, elas são analisadas do ponto de vista técnico específico do estudo, então aquilo que for de correção já vai ser repassado no processo. Nós notificaremos a ECOTECH, mas ela também por iniciativa própria, já pode fazer, porque ela mesma já tem acesso à própria degravação da audiência de hoje, não é. Então, além disso, começa a análise da equipe de analistas também do Brasília Ambiental, assim como foi apresentado um resumo, uma análise aqui pelo comitê de bacias. Os analistas do Brasília Ambiental também se debruçam nesse mesmo estudo para fazer apontamentos assemelhados aqui. Não só relativos à questão de recursos hídricos, enfim, mas de todo o apanhado do estudo. Então, todas essas análises companha a versão corrigida, essa versão corrigida, sim, a partir disso, a tomada de decisão sempre baseada nessa versão já corrigida. Então, nós não tomamos a decisão não dá desse empreendimento, da viabilidade, desse empreendimento em versão preliminar ou versão ainda ser corrigida, tá bom? Estão dando sequência. David? Não? Não é Davi? não é Davi. Isso foi. Alzirenio

Senhor Alzirenio Carvalho (174:48)

É boa noite a todos. Primeiramente é. Eu já me senti contemplado aqui pela pelas falas dos colegas, né? E eu queria deixar só um recado aqui, não é? Eu entrei em contato com o doutor Carlos Frederico Maroja de Medeiros, juiz da terceira da Vara de meio ambiente do tribunal de justiça e foi-me pedido é que vocês, não é, se pudesse me passar as conclusões do evento, para que eu encaminhasse para ele. E também é tem um eu queria agradecer ao Max Maciel, que está aqui presente, não é? Porque nós temos um pedido de uma CPI aprovada na CLDF não é, justamente para cuidar dos interesses aí que são obscuros que ronda o Rio Melchior e ARIE JK. E achei meio estranho, né? Esse projeto tá vindo agora, né? Nessa, nesse momento não é que a CPI nem aconteceu ainda, né? Eu fiquei meio surpreso, não é? Parece até que é uma corrida, não é, contra o tempo para não esbarrar na CPI que possa impactar. Então, também eu não me apresentei antes pra vocês, meu nome é Alzirenio Carvalho, eu sou da sociedade civil, salve o Rio Melchior. Eu andei o Rio Melchior do Parque do Cortado, do Sabor Onoyama margeei ele a pé até a Santo Antonio do Descoberto e eu conheço todos os problemas do Rio Melchior. Quando eu passo, é participo de alguma reunião ou audiência pública a primeira coisa que eu ouço dos governantes, não é, nós não podemos garantir a qualidade hídrica daquele local por causa do adensamento populacional. Isso aqui é o quê? É só isso, muito obrigado.

Senhora Natália Almeida (176:31)

Obrigada. Senhora Ivanete, na sequência, e seu Veridiano. Hã? Hã. Tá. Tá bom, então, senhor Veridiano. Tá certo, perdão, então se Edmilson e depois senhor Veridiano. 5 minutos.

Senhor Edmilson (177:10)

Boa noite para todos, para todas. É, eu fico muito feliz de estar participando dessa audiência, eu acho que é um momento importante para nossa comunidade. Eu sou Edmilson, professor de matemática, eu sou do Movimento por uma Ceilândia Melhor. Esse movimento em 13 anos a gente luta pelo parque ecológico na Ceilândia e o governo do Distrito Federal nesse tempo escuta, promete e nada faz. O IBRAM escuta, promete e nada faz. Aí eu fico muito contente da técnica do IBRAM que está ali ao lado do deputado Max

falar que vai implantar uma série de conselhos, não é, mas quando será isso? Não é, entendeu? Porque a comunidade tem pressa. A comunidade não pode mais esperar mais 10 anos para ser implementado conselho. Eu acho um erro histórico do IBRAM, como a engenheira falou, ela não está aqui, eu queria perguntar algumas coisas. Ela falou, atenção, técnicos são, falou um monte de coisa de técnico, né? De graduação, parece que isso aqui era uma procura de emprego, não é, é? E aí? Mas a sensibilidade não é, de sentir o que a comunidade passa pelas mãos. Eu sou morador de Ceilândia há 50 anos. Eu luto por essa cidade aqui. O próprio que estava na mesa falou que é ex-administrador de Ceilândia. Então, a gente fica nessa expectativa. Vai vim uma nova cidade. Por que em um espaço tão condensado, tão cheio de pessoas, tão aglomerado, tão sufocado? Por que? a pergunta é, por quê? Será que no Distrito Federal só existe esse espaço, será que tem que ser feito naquele local? Qual o interesse disso? Porque, vocês sabem, todos vocês sabem que estão aqui nesse auditório, que o túnel de Taguatinga é uma mera conexão de que não? Ele serviu para quê? Porque eu já saí 5 horas da tarde vai para o Plano Piloto tudo lotado, isso aí de manhã, tudo lotado. Então assim, e a mobilidade? E o estudo de mobilidade disso? Eu pergunto para o pessoal da empresa, para o pessoal do IBRAM, estudo de mobilidade, disso. Então se tem uma série de estudos e a professora que me antecedeu falou muito bem, não é sobre os estudos e outra coisa que eu pergunto para vocês da mesa, nós estamos dentro da Universidade de Brasília onde pulsa todo o conhecimento, tudo de evolução do país, passa pela Universidade de Brasília, pela Unicamp, pelas federais, vamos ser bastante claros e aí nós estamos dentro da Universidade de Brasília, porque que a Universidade de Brasília não foi consultada referente à questão desse impacto referente ao Rio Melchior? A Universidade de Brasília tem um estudo sério já teve debate, inclusive, no DFTV, Entre CAESB e Universidade de Brasília. E a Universidade de Brasília, apontou todos os riscos, todos os estudos. O que dá realmente o Rio Melchior ser número 2, (?) o número 4 daqui a pouco ele no 5, no 6 não está vindo aí 50.000 moradores. Então, assim, tem uma série de questionamentos que a comunidade queria saber. Eu particularmente não sou contra a evolução nenhuma. Eu acho que a sociedade tem que evoluir, as coisas, tem que evoluir realmente, mas de tanto degradar o meio ambiente a gente está sofrendo. Ceilândia, por exemplo, teve a chuva, aí teve essa enxurrada de chuva, a CAESB como a empresa falou, a menina da empresa falou, a CAESB, ela não é nem competente para poder melhorar o esgoto das ruas da Ceilândia. Eu faço um desafio para o IBRAM, para todos os técnicos, vão passear, dar um passeio na Ceilândia. Vou falar só da Ceilândia, vou falar nas outras cidades, quando dá uma chuva, todos os, muitos esgotos estouram, muitos, muitos, nem é um nem 2, nem 3, nem 4 de rua em rua. E aí? Com a cidade que vai esse esgoto vai vir, como que é isso? Então, assim tem uma série de questionamentos que a gente tem que verificar, não é só fazer a coisa porque as pessoas tem que morar, porque o empreendimento tem que acontecer, entendeu, o impacto disso depois, as futuras gerações, não é? E a minha neta que tem 6 anos, né, entendeu? Então, assim, tem uma série de questões que eu acho importante a gente ter (30 segundos), não é? Eu acho importante a gente ter audiências, ter debates e eu acho importante a gente realmente, não é, entender as coisas como futuro. E não pensaram a cidade no hoje exclusivamente, obrigado.

Senhora Natália Almeida (182:48)

Obrigada, seu Edmilson. Eu queria só esclarecer que as dúvidas do senhor também são as nossas e uma vez que elas sejam plenamente sanadas, a gente consegue opinar de forma técnica e consistente sobre esse projeto, todas as dúvidas que o senhor levantou são perfeitamente plausíveis. E assim, são as mesmas do órgão ambiental, eu agradeço a contribuição. Seu, Veridiano.

Senhor Veridiano Brito (183:17)

Bom eu, meu nome é Veridiano Brito. Moro em Ceilândia desde o início vim com 12 anos para cá. Então, faz as contas, quantos anos que eu moro aqui. É moro. Fiz parte do movimento dos inquilinos Ceilândia, que foi vitorioso lá nas nossas moradias lá na expansão do Setor O e lá eu a gente fundou ACESO associação comunitária da expansão do setor. Eu sou graduado em história, pós-graduado em história da África e ciência política e não estou procurando emprego. tá bom. Só para falar o seguinte, é, teve algumas pessoas que vieram aqui é falar e dizer que são técnicos, queria dizer o seguinte técnico, os técnicos não são neutros. Os técnicos, eles geralmente servem a um sistema, a um governo. Então, por exemplo, é a quem manda e a decisão política. Se o governador tem uma decisão política de implementar esse empreendimento aqui, ele vai chamar os seus técnicos para dizer que é possível. Eles não, os técnicos não vão chegar para o governador e falar, ó, isso aqui não pode, isso aqui não pode, não pode fazer as coisas lá. Então, os técnicos vão estudar para poder é justificar esse empreendimento, justificar, convencer a comunidade com seus argumentos técnicos que esse empreendimento é possível e que não vai ter problema nenhum, problema ambiental, nenhum. A empresa que fez o trabalho ela está recebendo para fazer o trabalho. Vocês acham que ela ia fazer um trabalho negativo para isso? Não iria. Então o seguinte, eu quero dizer o seguinte, as

peessoas que vêm aqui dizer porque é o é o conhecimento técnico, técnico, técnico, não é neutro técnico, tem a sua ideologia que a sua concepção de mundo e não adiantar porque eu moro na Ceilândia, aí eu estou falando aqui, estou falando que é que tem que tem bandido, que é bandido que esconde. É uma visão de mundo que essa pessoa mesmo morando na Ceilândia tem. Então, isso não é a real. Então o seguinte, o que eu queria dizer o seguinte, esse empreendimento vai beneficiar quem? É um empreendimento de interesse social? Ou é só para arrecadar dinheiro para TERRACAP? E esse empreendimento, esse recurso vai para onde e quem vai ganhar muito dinheiro com esse empreendimento? Por que que o governo não é só esse governo aqui não, vários governos que já passaram, inclusive um governo que eu fiz parte. Por que que não implementou o parque? Porque não fez o corredor verde que se deveria fazer? Tem condição, mas não, o interesse é econômico. O interesse de botar muita gente aí, nós sabemos, rapaz, essa via aqui, ó, hoje, eu saio daqui às vezes que eu vou para alguma reunião lá no plano, eu saio 5 horas eu pego um engarrafamento aqui. Imagina o pessoal que vai de manhã? Então, assim, como que vai ser o impacto ambiental 65.000 pessoas nesse espaço? como que vai ser o impacto na rede de esgoto dessa cidade? A água como que vai ficar? Então, essas discussões que o transporte? Porque o governador ele é muito bom para poder já fez viaduto, faz ponte, mas tem 3 coisas, essas algumas coisas, elogio ele, mas 3 coisas ele está deixando a desejar, o transporte, a saúde e a educação. Então. como é que vai ficar a questão de mobilidade? Então, essas questões que têm que ser discutida, e eu acho que nós temos que vocês que são técnicos, tem que pensar um pouco, não com a cabeça do governo, não com a cabeça do capital, pensar com a cabeça do povo dos moradores de Ceilândia, Samambaia e Taguatinga. Obrigado.

Senhora Natália Almeida (187:30)

Obrigada. Senhor Anderson, está é o próximo e depois, senhora Cláudia da APRONTAG. Seu Anderson, da MOPOCEM e senhora Cláudia da APRONTAG. Queria assim, nesse momento, registrar aqui agora, são 22h53min. Nós estamos encaminhando aí para o final da nossa audiência. Vou pedir que a gente mantenha um horário para entregar aqui o espaço conforme o que foi combinado com a Universidade de Brasília que nos acolheu nesse espaço aqui confortável. Então, é desde já gostaria de notificá-los. Quanto a isso, para que possamos de forma ordenada, já nos encaminharmos aí para a conclusão dos trabalhos. Então, com a palavra, o senhor Anderson e, na sequência, a senhora Cláudia.

Senhor Anderson (188:32)

Então, pessoal, boa noite. Eu vim aqui representar o movimento popular por uma Ceilândia melhor, MOPOCEM e a nossa luta aqui na Ceilândia é para que a gente tenha uns espaços para que o nosso jovem, a criança, o adolescente, possa viver em condições boas e dignas de vida. Porque como a gente vê a questão ambiental, está um *bum* muita gente aí, a questão da dengue, a questão da dengue é alto calor, essa degradação ambiental que eles estão fazendo com a Ceilândia, com Distrito Federa. Antigamente no tempo da Vila Iapi, da Villa Tenório, do Morro do Urubu, a gente não tinha importância a gente foi jogado, entendeu, jogado e o pessoal começou a morar, entendeu, desordenadamente, sem nenhum planejamento, agora que a cidade está desenvolvendo um pouco, eles querem o que? Eles querem, a verticalização. Eles querem construir prédios, eles querem o que? Eles querem privatizar tudo. Porque o lazer não é para o cidadão da Ceilândia. O lazer é só para quem tem um dinheiro para chegar lá, pagar e comprar tudo. Porque a gente não tem um centro cultural, a gente não tem uma educação ambiental. Parece que a gente é jogado ao lixo. Eles não olham para o povo que mora na Ceilândia. O que eles veem, eles veem só dinheiro. É isso que eles veem. Eu não vejo nada além do que dinheiro que vocês estão fazendo aqui. Porque, pelo amor de Deus, o que é que estão fazendo para o povo da Ceilândia, pro menino da Ceilândia? Não tem investimento, não tem educação, não tem transporte. Por favor, pense um pouquinho no povo daqui, entendeu? Porque não adianta nada você chegar com um discurso bonitinho, um planejamento, um PowerPoint, uma camisa verdinho, uma coisa bonitinha e vocês não pensar no povo daqui. O povo daqui carece de muita estrutura, entendeu? Quando chove, acontece todos esses problemas com Veridiano acabou de citar, entendeu? E a gente tem outros diversos mais problemas. Então vamos pensar primeiro como resolver os problemas do povo da Ceilândia antes de querer levantar um empreendimento desse tamanho que vai poder até destruir o nosso Rio Melchior. Que é onde a gente tem vida. Vamos trazer o povo para conhecer, entendeu? Ceilandense entendeu, ter coisas desse tipo. Atividades que a criança que o adolescente possa conhecer a nossa cidade, possa conhecer as nossas nascentes, porque a cada vez mais tá morrendo, entendeu? A cada vez mais ele está gritando, mas ninguém escuta. Imagine um grito que ninguém escuta. É isso que está acontecendo com o Rio Melchior e ele necessita ter uma visibilidade, entendeu? A gente precisa ver esse problema, entendeu? E eu termino minha fala por aqui.

Senhora Natália Almeida (191:25)

Obrigada. Senhora Cláudia. Cláudia, há perdão ali, claro, gente, é que já está tarde. Eu estou já vendo tudo torto. Desculpa, seu Cláudio, com a palavra.

Senhor Cláudio (191:46)

Boa noite a todos. Parabenizo a mesa e os que estão aqui até esse momento, mas, principalmente, prestando atenção nas colocações da comunidade. Eu acho importantíssimo isso, pode melhorar um projeto, aperfeiçoar, em função dessas observações de técnicos e de gente comum da comunidade também. Eu vejo o seguinte, eu posso falar com alguma segurança, porque eu vim a Brasília antes de existir a Brasília com meu pai e conheci Ceilândia, Samambaia, quase todas essas satélites. Acabou com meu pai, que também entrou, comprou na época e era quem vendia. Era a NOVACAP, mas com a compra, que muito semelhante está sendo proposta atualmente. Que é a compra com o pagamento depois de um valor que a gente não sabia qual seria. E esse valor ele se perdeu no ano, o tempo. Na medida em que a segurança jurídica passou não existir, ou seja, você não tem um documento, é a mesma coisa que você andasse a carteira de identidade. Isso para a família, principalmente, que veio para cá várias famílias, não é alguns de caminhão, outros até de bicicleta na época e não ter essa segurança, isso faz com que, ao esfacelamento das pessoas que hoje protegem as margens dos rios aqui em Brasília, não só o atual que nós estamos falando agora, não é, mas tem vários rios assim como tem as nascentes principais do Brasil que partem de um lugar que chama Águas Emendadas? Cada uma para um sentido, um para Rio da Prata ou outro, para aqui, para ali, e fora os demais. E esse parece que não há uma preocupação em manter isso. Quem já foi em Águas Emendadas? Lá não paga para entrar. É um lugar importantíssimo para as escolas poderem aprender exatamente é exatamente tendo discussões nas escolas, para determinados locais e uma cultura que também não existe próprio. Um detalhe, se eu estou misturando um pouco, que foram tantos itens que foram levantados, mas eu vou citar cada um. No caso, por exemplo da Ecologia. Existe um recurso que deveria ser gasto com isso. Não existe um levantamento dos animais e nem da fauna em Brasília, principalmente nessa região que já tem uma diversidade, mas em consumo. A gente eu moro em chácara aqui perto e eu vejo constantemente pessoal fazendo armadilha para pegar qualquer espécie rasteira que voam e até que fale às vezes. Então, eu vejo assim, essa preocupação de com um conjunto de coisas faz com que a gente fique falando mais um pouco se eu tiver tempo. É, por exemplo, o contrato com a CAESB. De pagar a Caesb, que devia pagar pra gente. Nós protegemos a água. Isso tinha que ser o seguinte, água é tão valorizada e que, em países asiáticos, o litro de gasolina medida em água, você vende água e compra um tanque cheio de carro, para carro. Com gasolina ou qualquer coisa que projete para eles. E aqui não. A que se passa na rua tem um cano rebentado você passa 10 anos depois ele está arreventado e vazando água. Não tem um cuidado da cidade com essa preocupação. Tem tanta coisa que envolve isso gente que, por exemplo, um planejamento desse está sendo feito de um não sei qual nome CMT, não é, que entrem esses dados. Por exemplo, a parte de gabarito dos prédios dessa construção, eu não sei, não me deram nenhum mapa, nem nada, mas eu sei que normalmente as construções passaram de 12, 10, 15, 20 e mais qualquer coisa. Aí o limite para terminar isso é o céu. Não tem parâmetro, por que que num lugar pode ter 18, 20 e 18? Quando existiu Brasília, projetada (30 segundos). Ok, se puder me dar um pouquinho, eu falar mais. É o que a pessoa tem que pensar o seguinte, a poluição sonora é um absurdo, não tem controle nenhum. E esse conjunto é que vai definir os bairros, a forma de vida e a proposta de convivência dos vizinhos. Nós chegamos a pensar em Perimetral verde. Botamos isso em lei. Não foi para frente. Quando a gente assiste alguma área que já era natural, assim como tem, a gente tem perto da Coca-Cola, aquilo ali estão os murunduns principais. (Natália: Tempo encerrado. Vou pedir para que abrevie a fala pra gente poder encerrar) tá OK? Muito obrigado. Então, eu antecipo.

Senhora Natália Almeida (197:15)

Obrigada. A gente tem que ser cuidadoso assim, eventualmente passa um pouquinho, mas a gente tem que manter o cuidado para dar a oportunidade para o maior número de pessoas poder falar, não é? Então várias entidades aqui nessa noite falaram. Foi uma audiência de uma participação assim que eu, eu particularmente nesse tempo todo, eu nunca vi e já parabenizo desde já a comunidade, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, pela mobilização. Porque de fato foi um tempo muito proveitoso, acho que todos nós aqui colhemos bastante reflexões e conhecimento, não é, sobretudo e gostaria, não é tanto agradecendo em meu nome pessoalmente, Natália, em nome do presidente Roney, toda a equipe de licenciamento do Brasília Ambiental que estará dedicada a dar continuidade a análise desse projeto. E aproveito esse momento para nos colocar totalmente à disposição, seja dos senhores cidadãos, as associações, entidades para dialogarem conosco, participarem ativamente do processo. Gostaria, então, só de lembrá-los, por uma questão regimental, que

vocês todos aqueles que não foram e não tiveram oportunidade de falar neste momento, poderão encaminhar suas manifestações por escrito, seja através de e-mail ou mesmo WhatsApp, para os nossos contatos. Então, temos aí o e-mail licenciamento.ibram@gmail.com onde poderão ser encaminhadas e temos o WhatsApp (61) 99248 9698. As mensagens podem ser encaminhadas nesse prazo de até 10 dias a partir da data de hoje e todas elas serão anexadas ao processo e farão parte da nossa ata, na nossa ata detalhada. Claro, deputado, só vou dizer aqui, fazendo uma contabilidade, que nós tivemos quase 30 falas na noite de hoje, que é um número bastante significativo e mais uma vez parabenizar a todos a participação. Agradeço ter ficaria terem ficado até essa hora às 23h vou passar a palavra aqui rapidamente ao deputado pra fazer o encerramento aqui para nós.

Senhor Max Maciel (199:44)

Obrigado, Natália. Só antes de mais nada parabenizar toda a comunidade Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, porque antes da audiência pública, ainda realizou um seminário para debater sobre a ação. Isso é controle social, isso é formulação de política pública. E parabenizar ao IBRAM, Natália, por realizar audiência pública e ficar até esse horário. Tem uma fofura um aqui que está na energia que eu queria estar igual é igual ela. Eu só queria pontuar. Então, da parte nossa é da Raiane aqui, queria que ela levantasse a mão lá de técnica legislativa nossa e a nossa equipe está acompanhando online também que não pode estar aqui presente. Nós sentamos com então a Secretaria de Governo, a TERRACAP e o IBRAM. A SEMA não estava com os diretores antes mesmo da audiência, porque, independente ou não do debate, se vai ter um empreendimento, acho que tem uma coisa que está bem precisa aqui com o território que antecede tudo isso, que é o nosso direito ao parque ecológico. Então, diante disso, a gente sinalizou, via ofício e indicação ao governo de que a gente tenha um valor do impacto financeiramente de quanto, se isso acontecesse, quanto que seria isso do ponto de vista. De um compromisso do Governo de não só desse empreendimento, mas outros empreendimentos da TERRACAP, a compensação 100% ser em Ceilândia para não ter evasão de divisa para outros territórios como historicamente isso acontece. Que o IBRAM apresente e mande para a TERRACAP, a poligonal da ARIE JK, a definição daqueles que são terrenos que estão em concessão aos chacareiros, aqueles que não estão em concessão, porque nós sabemos que a TERRACAP tem uma dívida com o IBRAM de compensação e que têm condição inclusive de iniciar um processo de cercar a ARIE JK Em menos de 1 mês. Para isso, nós precisamos saber se a cerca é vazada, com altura da cerca, qual é o espaço que vai ser a cerca fechada ou qual é o espaço que vai ter, apenas a sinalização de que ali é um parque ecológico e que a gente efetiva o plano de manejo. Eu não tenho dúvidas que se tiver o plano de manejo, você vai ver todo mundo aqui ajudando a cultivar, plantar, fazer a ação. Eu queria propor que a gente se invertesse então, na audiência pública o caminho para o empreendimento não chegar primeiro e a gente nunca vê o resto depois. Que a gente pudesse, então, fazer essa ação, do IBRAM mandar poligonal, pactuarmos com a TERRACAP o cercamento que é possível fazer dessa área, efetivar o plano de manejo e aí a gente discute se vêm empreendimentos, não vem, que nós vamos ter garantia de que o nosso parque ecológico vai ser, o produtor já tem a concessão. O produtor já tem a concessão e vai estar definido agora, a concessão tem prazo? Nós sabemos que tem produtores que estão loteando. Eu defendo que quem loteia com concessão perca a terra e pague a multa, porque aquilo não é para lotear com uma história de Brasília, foi, as concessões depois que suga da terra, contamina a terra com veneno, depois, vendam. A gente, estão, está no é, mas se eu for agora, na Gilliardi está cheio de loteamento. Quem foi que loteou? Não, não é há, tá bom? Então, foi o grileiro que tem a chave do portão. É ele que tem a chave do portão. A gente não é e olha, eu moro em Ceilândia há 42 anos. Nós temos respeito pelos produtores, mas a história da grilagem começa também por aqueles que suga da terra e depois vai embora, entrega para eles. Nós estamos querendo é que desde já a gente cerque a ARIE JK, faça o plano de manejo e a gente depois te escute o empreendimento se vier ou não. Eu acho que isso é possível de fazer desde já. Fica a contribuição para o IBRAM e a Câmara legislativa à disposição de colaborar para mitigar qualquer ação eventual. E parabéns mais uma vez por essa condução. Obrigado, viu, Natalia.

Senhora Natália Almeida (203:36)

A gente, a gente agora já encerrou. Eu gostaria só de mais uma vez passar o número do WhatsApp, porque me pediram aqui e vou ler aqui novamente 99248-9698. Este é o WhatsApp, pra vocês encaminharem as mensagens com as contribuições que ainda não foram lidas na noite de hoje, tá eventuais outras também.

ANEXO III – AUDIÊNCIA PÚBLICA



Foto 1. Apresentação do Estudo Ambiental



Foto 2. Apresentação do Estudo Ambiental



Foto 3. Apresentação do Estudo Ambiental



Foto 4. Público presente.



Foto 5. Recepção/Cadastramento

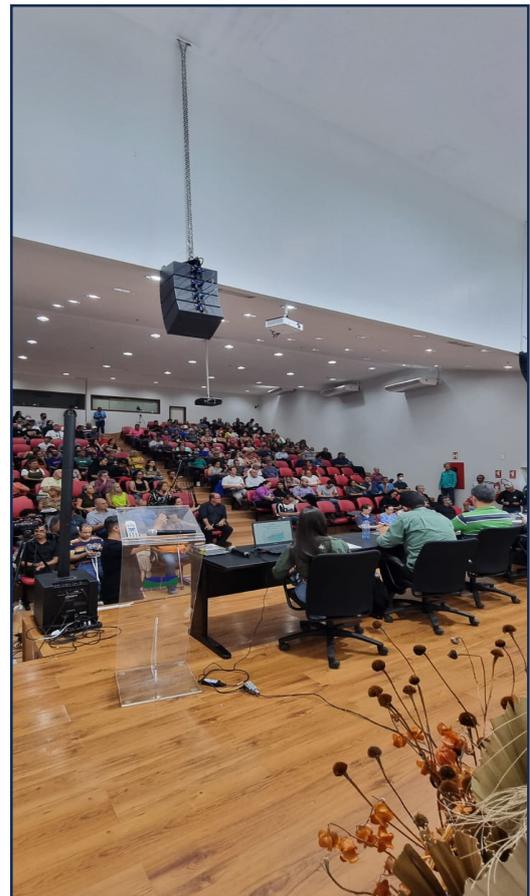


Foto 6. Público presente.



Foto 7. Mesa de apresentação.

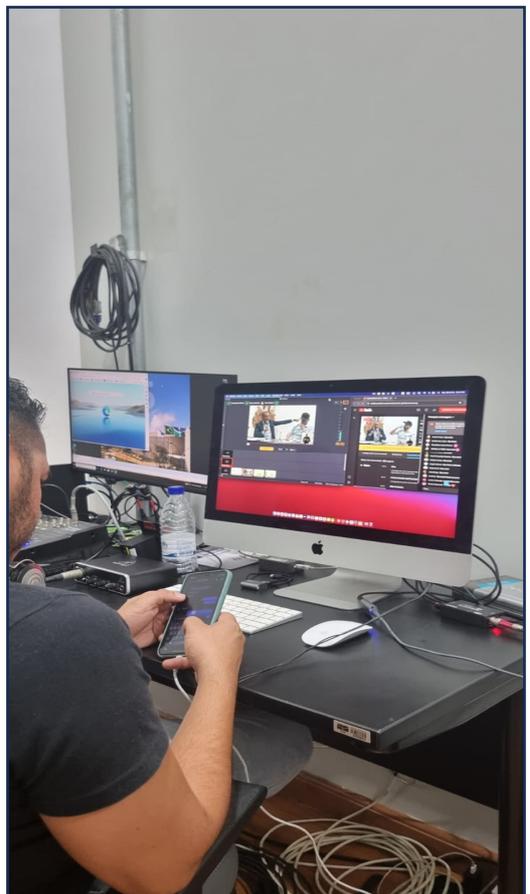


Foto 8. Área Técnica / Edição Áudio Vídeo.



Foto 9. Público presente.



Foto 10. Intérprete de libras.